



**CONVITE Nº 03/2023 – CDCC - USP**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**  
**EXECUÇÃO: INDIRETA**  
**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**  
**PROCESSO nº 2023.1.142.78.0**

**A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, situada na Rua Nove de Julho, 1227 – Centro - São Carlos SP – Fone (016) 33649141, convida esta empresa a participar da licitação acima referida.

**APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

- Data para apresentação dos envelopes: até **10/11/2023, às 09 hrs e 30 minutos.**
- Local da realização da sessão pública: Auditório do CDCC a Rua Nove de Julho, 1227 Centro – São Carlos SP.
- A sessão de abertura dos envelopes será iniciada **05 (Cinco) minutos** depois de encerrado o prazo para a apresentação dos envelopes, no endereço acima indicado.

A versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação, poderá ser obtida, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico, na:

- CDCC/USP setor de compras, Rua Nove de Julho, 1227 Fone: 16-3364 9141, E-mail [compras@cdcc.usp.br](mailto:compras@cdcc.usp.br).

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, com esta licitação na modalidade CONVITE, objetiva a realização de obras/serviços de engenharia, conforme especificações constantes desta Carta-Convite.

A presente licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Estadual nº 13.121, de 07 de julho de 2008, e pelas demais normas disciplinadoras da matéria.

**Integram esta Carta-Convite:**



- I - Minuta de Contrato.
- II - Material Técnico:
  - => Memorial-Descritivo;
  - => Cartilha-Encargos Licitação de Manutenção Geral CDCC USP;
  - => Planilha de Serviços, Quantidades e Preços Estimados
  - => Cronograma de Manutenção Geral CDCC USP;
  - => ANEXO-1 Relatório Fotográfico de Manutenção Geral CDCC USP;

**ARQUIVOS DISPONÍVEIS NO LINK**

**<https://l1nk.dev/Zjalq>**

- III - **Modelos** de Documentos a serem apresentados na licitação:
  - A – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
  - B – Carta Credencial
  - C – Declaração de enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007
  - D – Comprovante de Realização de Vistoria
  - E – Folha Proposta
  - F – Planilha de Serviços, Quantidades e Preços
  - G – Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho
  - H – Declaração de Atendimento às Normas Relativas à Saúde e Segurança no Trabalho

## **2. OBJETO LICITADO**

**2.1.** Esta licitação faz parte do Programa de Construções para a Universidade de São Paulo, e tem por objeto a **Serviço de Manutenção geral civil nas dependências do CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) da USP (Universidade de São Paulo).**

## **3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta licitação, além das empresas convidadas, as cadastradas no **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP)** em categoria pertinente ao objeto licitado, que atenderem às



exigências estabelecidas nesta Carta-Convite e manifestarem INTERESSE POR ESCRITO ATÉ 24 HORAS ANTES DA DATA FINAL marcada para a apresentação dos envelopes.

**3.1.1.** Para efeito do prazo citado no subitem 3.1., serão considerados os dias de expediente na USP.

**3.2.** Estão **impedidas** de participar desta licitação as pessoas:

**3.2.1.** que estiverem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, cumprindo penalidade de suspensão temporária ou impedimento do direito de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 48.999, de 29 de setembro de 2004;

**3.2.2.** declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

**3.2.3.** reunidas sob forma de consórcio;

**3.2.4.** o autor do projeto, básico ou executivo, e ainda os que se enquadrarem nas disposições do artigo 9º e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**3.2.5.** que se apresentarem na licitação como subcontratada de outra licitante;

**3.2.6.** que estejam sob processo de falência.

#### **4. VISTORIA TÉCNICA**

**4.1.** A vistoria ao local da obra é **obrigatória** e deverá ser realizada por representante do licitante devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria – contato com o Reginaldo (Técnico de Manutenção), pelo telefone (16) 3364-8440 ou e-mail rrs@cdcc.usp.br.

**4.1.1.** O representante da licitante deverá apresentar o comprovante de realização de vistoria, em conformidade com o modelo sugerido (Anexo D), para que seja devidamente assinado pelo responsável da Unidade a ser vistoriada.

#### **5. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**5.1.** Para participar do certame as licitantes **deverão apresentar**:

- a. Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS;
- b. Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- c. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme modelo constante do Anexo A;
- d. Comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte,



Microempreendedor Individual (MEI) ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 (ver item 5.3.), se for o caso.

**5.2.** A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados separadamente em 02 (dois) envelopes fechados de forma indevassável, contendo os seguintes dizeres, respectivamente:

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CONVITE Nº 03/2023 – CDCC USP  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE  
ENVELOPE Nº 1  
PROPOSTA DE PREÇOS**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CONVITE Nº 03/2023 – CDCC USP  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE  
ENVELOPE Nº 2  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.3.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 deverão comprovar essa condição, apresentando declaração de enquadramento no artigo 3º da LC nº 123/2006, conforme modelo sugerido (Anexo C).

**5.3.1.** A não entrega da declaração exigida no item 5.3. desta Carta-Convite indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

**5.4.** A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e a comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverão ser apresentadas **fora** dos Envelopes nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS e nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**5.5.** A entrega dos envelopes indica que o licitante conhece e aceita todos os termos e condições estabelecidas nesta Carta-Convite.

## **6. PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 1**

**6.1.** Os documentos que compõem a PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser apresentados sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou observações feitas à margem e serem preenchidos a máquina ou impressos, e apresentados devidamente assinados pelo representante legal do licitante.

**6.2.** A PROPOSTA DE PREÇOS compreende a apresentação dos seguintes documentos:

**6.2.1. Folha Proposta**, elaborada conforme modelo sugerido (Anexo E), contendo os seguintes elementos:

**6.2.1.1. Preço global** escrito em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo proponente na data da apresentação da proposta, incluindo, entre outros: tributos, salários, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, depósito de caução, frete, lucro, etc.

**6.2.1.2. Prazo de execução da obra**, respeitado o **prazo máximo de 90 (Noventa)** dias corridos, contados a partir da data da "ORDEM DE INÍCIO", em absoluta concordância com o disposto nesta Carta-Convite, na proposta de fornecimento apresentada pela licitante e no contrato.

**6.2.2. Planilha de Serviços, Quantidades e Preços**, elaborada conforme modelo sugerido (Anexo F), a ser preenchida pela licitante a partir do minucioso e completo exame das características do projeto, das plantas, do memorial técnico, da planilha de serviços e quantidades oferecida pela Administração, além da vistoria obrigatória e das diligências que livremente decidir realizar.

**6.2.2.1.** A licitante deverá preencher e calcular o preço unitário e global de cada item constante da planilha.

**6.2.2.2.** Os quantitativos apresentados pela Administração correspondem ao projeto licitado e foram determinados com base nos elementos disponibilizados.

**6.2.2.3.** Caso o licitante constate divergências significativas nos quantitativos apresentados deve indicá-las para que sejam avaliadas pela Administração e, em caso de necessidade, corrigidas as planilhas e republicado o edital.

**6.3. A Proposta será válida por 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data final de entrega dos envelopes.

**6.4.** Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora da Licitação.

## **7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2**

**7.1.** Para efeito de habilitação no presente certame, o licitante deverá apresentar:

**7.1.1.** Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, pela apresentação de:

a. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

b. Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Créditos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991.

**7.1.1.1 para a habilitação de licitantes que disputem o certame na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 7.1.1. desta Carta-Convite, ainda que deles conste alguma restrição.**

**7.1.1.2.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, habilitadas nas condições do subitem 7.1.1.1. deverão comprovar sua regularidade fiscal apresentando as competentes certidões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**7.1.1.3.** A não comprovação da regularidade fiscal no prazo assinalado no subitem 7.1.1.2. implica a decadência do direito à contratação e enseja a aplicação das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993 e nesta Carta-Convite.

**7.1.2.** Atestado(s) de desempenho anterior em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo, para fins de verificação da compatibilidade e pertinência do seu conteúdo em relação ao objeto desta licitação, as características na forma abaixo indicada:

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar:

**a. Execução de 7,00 m<sup>2</sup> de piso de concreto;**

**OBS.:** Não é necessário que os atestados apresentados para atendimento às exigências das alíneas acima se refiram a uma única edificação. Podem ser apresentados atestados de edificações diferentes. Solicita-se destacar os itens relevantes nos atestados com marca-texto.

**OBS. 2:** Quando os atestados apresentados se referirem à subcontratação, deverão vir acompanhados de documento emitido pelo contratante original, proprietário da obra, demonstrando que a subcontratação ocorreu com sua plena autorização.

**7.1.2.1.** A Comissão Julgadora da Licitação poderá realizar diligência para comprovar a origem e o conteúdo do(s) atestado(s) apresentado(s) pelas licitantes.

**7.1.2.2.** A diligência poderá ser dispensada quando a licitante apresentar, juntamente com o atestado de desempenho anterior, o acervo técnico do profissional responsável pela obra objeto do atestado (expedido pela entidade profissional competente), em que conste a obra e seus dados técnicos, a razão social da empresa licitante e o nome do contratante, dados estes que deverão ser compatíveis com os expressos no atestado.

**7.1.3.** Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de documento(s) que demonstre(m) dispor a licitante, na data final prevista para a apresentação dos envelopes, de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica de execução de obra(s) de características e complexidade semelhantes às do objeto da licitação, certificado pela entidade profissional competente.

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar capacitação técnico-profissional para:

**a. Execução de obras de piso de concreto;**

**7.1.3.1.** A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda, no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual este se obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico caso a licitante se sagre vencedora do certame.

**7.1.3.2.** O(s) profissional(is) indicados(s) deverá(ão) compor o quadro de responsáveis técnicos das obras e serviços ora contratados.

**7.1.4.** Relação indicando a qualificação dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos e declaração formal da sua disponibilidade, incluindo no mínimo:

- a. **ENGENHEIRO(A) CIVIL** com registro no CREA/SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) ou **ARQUITETO(A)** com registro no CAU/SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), com o devido recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços) no caso do(a)

**ENGENHEIRO(A) CIVIL e RRT (Registro De Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços) no caso do(a) ARQUITETO(A)**

**b. Encarregado ou Mestre de Obras**

**7.1.5** Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo sugerido (Anexo G).

**7.1.6** Declaração de atendimento às normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, conforme modelo sugerido (Anexo H).

**7.1.7.** Documento comprovando a realização de vistoria, nos termos do modelo sugerido (Anexo D). A Comissão de Licitação poderá diligenciar junto aos autos referentes ao presente certame para fins de verificação do cumprimento da exigência constante do subitem 4.1.

**7.1.8** No caso de cooperativas, registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**7.2.** A apresentação do Registro Cadastral (**RC**) ou do Registro Cadastral Simplificado (**RCS**) emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, nos termos da Lei Federal 8.666/1993 e do Decreto Estadual nº 52.205/2007, e em plena validade na data final de apresentação das propostas, substitui os documentos apresentados para sua emissão. A documentação restante obrigatoriamente deverá ser apresentada pela licitante.

**7.2.1.** A licitante que utilizar do Registro Cadastral (**RC**) ou o Registro Cadastral Simplificado (**RCS**) fica obrigada a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação. A não apresentação de declaração será entendida como manifestação de inexistência de fato que possa inabilitá-la.

**7.2.2.** A licitante detentora do **RC** ou **RCS** cuja validade não se encontre vigente em sua totalidade, ou seja, que apresente algumas certidões vencidas, poderá utilizá-lo nesta licitação, porém esse somente substituirá os documentos nele vigentes. Neste caso, as certidões indicadas como vencidas deverão ser apresentadas devidamente atualizadas e vigentes, em qualquer processo de cópia autenticada.

**7.2.3. A apresentação do RC ou RCS somente substitui os documentos apresentados para a inscrição no CAUFESP, nos termos do artigo 4º do Decreto Estadual nº 52.205/2007.**



**7.2.4.** Os interessados no **RC** expedido pelo **CAUFESP** poderão obter informações diretamente no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

**7.3.** Os documentos apresentados deverão, quando for o caso, estar em plena validade na data final fixada para a apresentação dos envelopes.

**7.3.1.** Quando o documento não indicar prazo de validade, de forma a satisfazer as disposições do item 7.3. acima, a data de sua expedição pelo órgão de origem não deverá ser anterior a 180 (cento e oitenta) dias corridos da data final fixada para a apresentação dos envelopes, indicada no preâmbulo desta Carta-Convite.

**7.3.2.** Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei Federal nº 9.012, de 30/3/1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da Administração, a atualizar os documentos apresentados em cumprimento ao subitem 7.1.1. alíneas “a” e “b”, que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da assinatura do contrato, caso as certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.

**7.3.2.1.** Fica facultado à Administração consultar os sites da Receita Federal, [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), e da Caixa Econômica Federal, [www.cef.gov.br](http://www.cef.gov.br), para fins de obtenção das correspondentes certidões atualizadas. Após verificação, o servidor da USP deverá certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados, mediante declaração nesse sentido, devidamente assinada.

**7.4.** Os documentos necessários para a comprovação dos requisitos de habilitação, conforme relação acima, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, não sendo aceitos protocolos.

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

**8.1.** Os envelopes nº 1 e nº 2 contendo, respectivamente, a PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverão ser entregues no local, data e horário indicados no preâmbulo desta Carta-Convite.

**8.2.** A sessão pública de abertura dos envelopes terá início cinco minutos depois de encerrado o prazo para apresentação destes, com a abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS.

**8.2.1.** Os envelopes nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, depois de rubricados por todos os presentes, ficarão sob a guarda da Comissão Julgadora da Licitação fechados e inviolados, até serem abertos em sessão pública.

**8.3.** A licitante poderá ser representada neste certame por seu representante legal ou por pessoa devidamente credenciada, apresentando à Comissão Julgadora documentos que evidenciem possuir poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente.

**8.3.1.** A documentação necessária para o credenciamento compreende:

- a.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da proponente: Estatuto ou Contrato Social ou outro instrumento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedade simples, do ato constitutivo acompanhado, quando couber, da ata de eleição da diretoria, registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do qual conste expressamente poderes para exercer a gerência da sociedade ou exercer direitos e assumir obrigações em nome da licitante;
- b.** Tratando-se de procurador: instrumento público ou particular de procuração (modelo constante do Anexo B), neste caso com firma reconhecida, do qual constem explicitamente poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, acompanhado de documento comprobatório da capacidade do(s) outorgante(s) para constituir mandatário, nos moldes do item “a”, acima; e
- c.** Em ambos os casos o representante deverá identificar-se mediante a apresentação de Cédula de Identidade ou outro documento oficial válido para fins de identificação.

**8.3.2** É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

**8.4.** Todos os trabalhos e ocorrências verificados durante a sessão pública serão registrados em ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e pelos representantes credenciados presentes.

**8.5.** O julgamento das propostas e da habilitação das licitantes poderá ser realizado em sessão reservada, a critério da Comissão Julgadora da Licitação.

**8.6.** As comunicações referentes ao certame serão divulgadas no site: [www.usp.br/licitacoes](http://www.usp.br/licitacoes), no Quadro de Avisos do CDCC/USP e mediante a expedição de correspondência aos licitantes interessados, alternativamente, por via postal, e-mail ou fac-símile.

## **9. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**9.1.** Esta licitação é do tipo menor preço e será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições estabelecidas nesta Carta-Convite, apresentar o menor preço.

**9.1.1.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem integralmente às disposições desta Carta-Convite.

**9.2.** Abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, estas serão verificadas pela Comissão Julgadora da Licitação, rubricadas por todos os presentes e juntadas ao respectivo processo.

**9.2.1.** Na hipótese de divergência entre valores da “planilha de serviços e quantidades” e o “valor global da proposta”, prevalecerá sempre o apurado aritmeticamente através da somatória dos produtos dos preços unitários pelas respectivas quantidades constantes da planilha.

**9.3.** Para fins de julgamento das propostas, e em conformidade com a Planilha de Serviços, Quantidades e Preços Estimados que faz parte desta Carta-Convite, o Valor Global Estimado (VGE) desta licitação é de **R\$ 59.866,56 (Oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**.

**9.4.** Como critério de aceitabilidade das propostas, fica estabelecido, pela ordem:

**9.4.1.** Serão consideradas de preços excessivos, e, portanto, desclassificadas, as propostas que apresentarem valor global superior ao Valor Global Estimado (VGE).

**9.4.2.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**9.4.2.1.** Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do Valor Global Estimado (VGE) pela Administração; ou

**9.4.2.2.** Valor Global Estimado (VGE) pela Administração.

**9.4.3.** Das licitantes detentoras de propostas consideradas exequíveis, conforme disposto no subitem 9.4.2. deste Capítulo, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os seus subitens 9.4.2.1. e 9.4.2.2., será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no instrumento convocatório, igual à diferença entre o valor resultante do subitem 9.4.2. deste Capítulo e o valor da correspondente proposta.

**9.5.** As propostas consideradas válidas e exequíveis até esse momento serão classificadas pela ordem crescente de preços.

**9.5.1.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação obedecerá ao critério de sorteio em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas a comparecer.

**9.6.** Em cumprimento ao disposto nos artigos 44 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006, depois de classificadas as propostas, será dada preferência de contratação para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, desde que o preço global ofertado seja igual ou até 10% (dez por cento) superior ao da proposta válida de menor preço, observados os seguintes procedimentos:

**9.6.1.** Todas as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, enquadradas na hipótese do item 9.6. serão convocadas para sessão pública a se realizar em prazo não inferior a 2 (dois) dias úteis.

**9.6.2.** A ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, mais bem classificada será convidada a apresentar nova proposta com preço inferior ao da proposta válida de menor preço.

**9.6.2.1.** A nova proposta compreende os documentos indicados no item 6.2. desta Carta-Convite, a saber: Folha Proposta e Planilha de Serviços, Quantidades e Preços.

**9.6.3.** Caso a ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, mais bem classificada não exerça o direito de preferência na forma do item 9.6.2., as demais microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na hipótese do item 9.6. serão convidadas, na ordem de classificação, a exercer o direito de preferência.

**9.6.4.** O não comparecimento à sessão pública ou a não apresentação de nova proposta com preço inferior àquela classificada em primeiro lugar implicará a preclusão do direito de preferência.

**9.6.5.** Se a ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, exercer o direito de preferência, a classificação das propostas será reformulada, levando em consideração o novo preço proposto. Caso contrário, será mantida a classificação elaborada na forma do item 9.5.

**9.6.6.** O item 9.6. não se aplica quando a proposta de menor preço global pertencer a uma Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

**9.7.** Encerrado o julgamento e classificação das propostas, inclusive com a decisão de eventuais recursos, os envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão devolvidos fechados às licitantes desclassificadas.

## **10. ANÁLISE E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação poderá ocorrer na mesma sessão pública, em seguida ao julgamento e classificação das propostas, se todos os licitantes desistirem da interposição de recurso, ou em data, horário e local previamente divulgados.

**10.2.** Na análise e julgamento da habilitação serão observados os seguintes procedimentos:

**10.2.1.** Abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das 3 (três) licitantes mais bem classificadas.

**10.2.2.** Verificação pela Comissão Julgadora da Licitação da documentação de habilitação, que será rubricada por todos os presentes e juntada ao respectivo processo.

**10.2.3.** Julgamento da habilitação, considerando-se habilitadas as licitantes que demonstrarem o atendimento de todas as condições de habilitação, nos termos da Seção 7 desta Carta-Convite.

**10.2.4.** Ocorrendo inabilitações, serão abertos, na ordem de classificação, os envelopes de tantas licitantes classificadas quantas forem as inabilitadas.

## **11. RESULTADO FINAL, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**11.1.** Concluído o julgamento do certame, inclusive com a decisão de eventuais recursos, o resultado final desta licitação será divulgado e o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação e adjudicação.

**11.2.** Caso a licitante vencedora do certame tenha concorrido na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, se for o caso, deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando as competentes certidões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**11.3.** Caso seja vencedora do certame, a cooperativa de trabalho deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a contratante.

## **12. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

**12.1.** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos sobre a presente licitação mediante o envio de [giovanna@cdcc.usp.br](mailto:giovanna@cdcc.usp.br) aos cuidados da Comissão Julgadora da Licitação.

**12.1.1.** Os possíveis pedidos de esclarecimento devem ser apresentados com antecedência de 2 (dois) dias úteis, em relação à data final fixada para a apresentação das propostas, de maneira a permitir o mínimo tempo para o trâmite interno necessário ao exame, preparo da resposta e transmissão aos interessados.

**12.1.2.** A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada no seguinte site: [www.usp.br/licitacoes](http://www.usp.br/licitacoes) e em Quadro de Avisos, sendo de total responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações.

**12.2.** As impugnações ao instrumento convocatório e os recursos contra os atos de habilitação ou julgamento de propostas deverão ser dirigidos ao a Prof<sup>a</sup> Dr. Nelma Regina Segnini Bossolan do CDCC/USP e entregues diretamente na Administração do CDCC, sita à Rua Nove de Julho, 1227 – Centro – São Carlos - SP no horário das 8:00 às 17 horas, nos prazos e na forma prevista em lei.

**12.3.** Os prazos para recursos poderão ser eliminados sempre que todas as licitantes potencialmente interessadas estiverem presentes e desistirem da interposição de recursos.

## **13. DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** A Administração consultará nos termos do artigo 6º, incisos I e II da Lei Estadual nº 12.799/08 c.c. artigo 7º, incisos I e II e § 1º do Decreto Estadual nº 53.455/08, o CADIN ESTADUAL, como condição para celebração do contrato e repasse do valor correspondente ao pagamento.

**13.1.1.** A existência de registro no Cadin Estadual constitui impedimento para a realização dos atos acima descritos.

**13.1.2.** Inexistindo impedimento à contratação, a Unidade convocará o vencedor da licitação para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega da intimação ou da publicação, assinar o contrato, conforme minuta integrante desta Carta-Convite.

**13.2.** A Administração exigirá da ADJUDICATÁRIA o depósito de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser efetuado antes do ato de assinatura do contrato.

**13.2.1.** A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:  
a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;



- b) seguro-garantia, na forma da legislação aplicável e;
- c) fiança bancária.

**13.2.2.** A garantia apresentada pela ADJUDICATÁRIA deverá ser válida por no mínimo **240 (Duzentos e quarenta) dias**, para cobrir todo o período de vigência do contrato, até recebimento definitivo, após o prazo de observação indicado no item 2.2.1. da minuta de contrato.

**13.3.** A Administração também exigirá da CONTRATADA atestado de responsabilidade técnica, obtido junto à entidade profissional competente, dos responsáveis pelas áreas técnicas específicas envolvidas na obra.

**13.4.** O **Cronograma Físico-Financeiro** deverá ser apresentado pelo Contratado quando da assinatura do contrato, tornando-se parte integrante deste. Este Cronograma Físico-Financeiro deverá ser elaborado com base no Cronograma Físico fornecido pela Universidade, composto com os preços unitários ofertados pela licitante, e ainda, deverá manter rigorosa coerência entre as parcelas executadas e o respectivo valor a ser pago ao executor dos serviços.

**13.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa por inexecução, no importe de 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta.

**13.6.** No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 57.159/2011.

**13.7.** A CONTRATADA tem a obrigação dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

## **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Aplicam-se a esta licitação as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Edital e se encontra disponível nos seguintes endereços: [www.usp.br/gefim](http://www.usp.br/gefim) e <http://www.leginf.usp.br>, nos termos que dispõe a Cláusula DAS PENALIDADES do ANEXO MINUTA DE CONTRATO.

**14.2.** Os casos omissos no presente certame serão solucionados pela Comissão Julgadora da Licitação.



**14.3.** A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada no site [www.usp.br/licitacoes](http://www.usp.br/licitacoes), no Quadro de Avisos CDCC/USP e mediante a expedição de correspondência aos licitantes interessados, alternativamente, por via postal, *e-mail* ou fac-símile.

**14.4.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Carlos, 26 de Outubro de 2023

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nelma Regina Segnini Bossolan  
Diretor do CDCC/USP





## **ANEXO I**

### **MINUTA DE CONTRATO**

#### **CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR MEIO DO CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – CDCC/USP, E A EMPRESA .....**

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por meio do CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL CDCC – USP, C.N.P.J. nº 63.025.530/0038-04, neste ato representada pelo sua Diretora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nelma Regina Segnini Bossolan, RG nº 12.992.192-0, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 6.561, de 16.06.2014, de ora em diante designada **CONTRATANTE**, e de outro a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_ – CEP \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_ e RG n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada como **CONTRATADA**, na qualidade de vencedora do CONVITE nº 03/2023 – CDCC/USP, conforme Processo nº \_\_\_\_\_, com fundamento no artigo 23, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, firmam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O presente contrato tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia civil, em regime de empreitada por preço global, para **Serviço de Manutenção geral civil nas dependências do CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) da USP (Universidade de São Paulo)**.

**1.2** Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) Carta-Convite nº 03/2023 – CDCC/USP e seus respectivos Anexos; b) a Proposta de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, apresentada pela **CONTRATADA**; e c) Cronograma Físico-Financeiro com base no Cronograma Físico fornecido pela CDCC/USP, com os preços ofertados pela **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**2.1** A medição será mensal, realizada no primeiro dia útil do mês imediatamente seguinte ao da realização dos serviços, com a presença do responsável técnico da **CONTRATADA**.

**2.1.1** Serão recusados/glosados os serviços ou materiais empregados na execução do objeto que apresentem defeitos, vícios de execução ou não conformidades em relação às especificações técnicas, sendo a **CONTRATADA** convocada a refazer e/ou corrigir as falhas apontadas sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, sob pena de caracterização do descumprimento da obrigação assumida e aplicação das penalidades prevista na Cláusula Oitava deste Contrato.

**2.1.2** O aceite dos serviços medidos mensalmente é condição essencial para a liberação dos pagamentos e levará em conta, também, o fiel cumprimento de todas as obrigações da **CONTRATADA**, indicadas neste ajuste.

**2.1.3** Sendo necessários equipamentos e condições mecânicas para a realização das medições, estes serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

**2.2** A **CONTRATANTE** deverá ser formalmente comunicada da conclusão da execução das obras e serviços, para realização da medição final e recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, a ser formalizado no prazo de 15 dias contados da comunicação.

**2.2.1** Formalizado o recebimento provisório, inicia-se o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos.

**2.3** Durante o prazo de observação será realizada a vistoria das obras e serviços realizados, com o objetivo de identificar eventuais falhas e vícios de execução ou constatar a adequação do objeto aos termos contratuais.

**2.3.1** Caso detectado qualquer defeito, vício ou inadequação, a **CONTRATADA** será convocada a corrigir as falhas apontadas no prazo fixado pela Fiscalização e novo prazo de observação terá início a partir da correção dos vícios apontados.

**2.4** O recebimento definitivo do objeto contratual ocorrerá após o decurso do prazo de observação, com base em laudo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**2.4.1** Decorrido o prazo de observação, a **CONTRATANTE** informará a **CONTRATADA** sobre o aceite definitivo do objeto e a convocará para a celebração do termo circunstanciado de recebimento definitivo.

**2.4.2** A emissão do Termo de Recebimento Definitivo dependerá ainda:

**2.4.4.1** da limpeza e desimpedimento dos locais abrangidos pela execução dos serviços;

**2.4.4.2** da entrega dos desenhos de cadastramento pela execução dos serviços executados (*as built*).

**2.5** Recebidos definitivamente os serviços e obras, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, solidez, correção e segurança dos trabalhos executados subsistirá na forma da lei.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**3.1** O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o recebimento definitivo do objeto.

**3.2** Se necessária a reprogramação do **Cronograma Físico-Financeiro** anexo ao presente contrato, o novo Cronograma Reprogramado deverá manter rigorosa coerência entre as parcelas executadas e o respectivo valor a ser pago ao executor dos serviços, respeitado o **prazo máximo de execução**.

**3.3** O PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO é de **90 (Noventa) dias corridos**, contados da data fixada na “ORDEM DE INÍCIO” e com o desenvolvimento obedecendo à programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro.

**3.3.1** A entrega da “ORDEM DE INÍCIO” à **CONTRATADA** deverá ocorrer em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

**3.3.2** Excepcionalmente, desde que de interesse da **CONTRATANTE**, devidamente justificado no respectivo processo, o prazo de execução e, conseqüentemente, o de vigência poderá ser prorrogado.

**3.4** Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão admitidos pela **CONTRATANTE** quando fundamentados em motivo de força maior ou caso fortuito, conforme caracterizado no Código Civil, ou nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.4.1** Na ocorrência de atrasos, os pedidos de prorrogação de prazos parciais, devidamente justificados, deverão ser encaminhados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, por escrito, acompanhados dos respectivos Cronogramas Físico-Financeiros Reprogramados, em até 5 (cinco) dias corridos após o evento que lhes deu causa.

**3.4.2** Os pedidos de prorrogação de prazo final, devidamente justificados, deverão ser encaminhados 30 (trinta) dias corridos antes de findar o prazo original.



**3.4.3** Admitida a prorrogação de prazo, será lavrado o competente Termo de Aditamento, que terá como base o Cronograma Físico-Financeiro Reprogramado, elaborado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **CONTRATANTE**.

**3.4.4** A simples ocorrência de chuvas não justifica a prorrogação de prazo, salvo quando se tratar de temporais ou períodos excepcionais de chuvas, plenamente comprovados, inclusive por meio de gráfico de chuvas, realizados por órgãos competentes, aceitos pela **CONTRATANTE**.

**3.5** Eventual suspensão da execução do objeto deste contrato será determinada pela **CONTRATANTE** por meio de ordem escrita e fundamentada à **CONTRATADA**.

**3.5.1** Caso a suspensão da execução do objeto torne necessária a prorrogação do prazo de execução contratual, tal dilação será objeto de Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VALOR, ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS E PAGAMENTO**

**4.1** O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

**4.2** Os preços da parcela da obra porventura remanescente serão reajustados, observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, **a contar da data de apresentação da respectiva proposta**, com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil no período.

**4.3** A despesa onerará a Classificação Funcional Programática: xx.xxx.xxx.xxx – Classificação da Despesa Orçamentária: x.x.xx.xx.xx – Fonte de Recursos: x, do orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.320, de 16/12/1968, conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_ - exercício de \_\_\_\_\_.

**4.4** Os pagamentos serão efetuados com base na medição dos serviços efetivamente prestados pela **CONTRATADA**, observadas as parcelas de desembolso previstas no cronograma físico-financeiro anexo a este contrato, no prazo de 28 (vinte e oito) dias corridos, contados do primeiro dia seguinte ao da medição dos serviços prestados (vide item 2.1), nos termos da Portaria GR 4.710/2010, que integra este contrato.

**4.4.1** A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, em agência do **BANCO DO BRASIL S/A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

**4.4.1.1** O pagamento somente poderá ser efetuado após o implemento das seguintes condições:

- a) aceite dos serviços medidos, nos termos do disposto na cláusula 2.4;
- b) entrega, pela **CONTRATADA**, da documentação fiscal; e
- c) apresentação de cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento de INSS (GRPS), FGTS (GRE) e respectiva folha de pagamento, devidamente quitada, relativa ao mês da prestação do serviço objeto da nota fiscal-fatura em liquidação.

**4.4.2** O pagamento ficará condicionado à entrega, pela **CONTRATADA**, de registro de responsabilidade técnica dos serviços, onde deverá constar a referência expressa ao número do contrato, seu objeto e ter seus campos integralmente preenchidos.

**4.4.3** Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

**4.4.3.1** Caso não ocorra a regularização no prazo assinalado no item 4.4.3, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

**4.4.4** O pagamento ficará condicionado a não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e § 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e § 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

## **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**5.1** No cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

**5.1.1** Executar, utilizando procedimento da melhor técnica, e entregar as obras e serviços em perfeitas condições, em estrita obediência à legislação vigente, às disposições aplicáveis da ABNT e às determinações da **CONTRATANTE**.

**5.1.2** Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transportes em geral, seguro dos operários e contra terceiros, tributos, encargos sociais e trabalhistas e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e que a qualquer título se façam necessárias, inclusive as relacionadas com a elaboração dos serviços executados (*as built*).

**5.1.2.1** Fornecer todo material rigorosamente de acordo com a indicação do fabricante e nome fantasia expressamente estipulados na sua proposta, ficando claro que a **CONTRATANTE** não aceitará material similar de outro fabricante ou tipo, salvo por razão superveniente, plenamente justificada e comprovada, e previamente aprovada pela **CONTRATANTE**.



**5.1.2.2** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência às despesas especificadas no item 5.1.2 não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**5.1.3** Observar rigorosamente a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, acatar as determinações das autoridades competentes, respeitar e fazer com que sejam respeitadas e cumpridas as determinações da Portaria GR nº 3.925, de 21.02.2008, constantes do Anexo deste Contrato.

**5.1.4** Proceder à remoção de entulhos, bem como à retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da USP, após ser lavrado o “Termo de Recebimento Provisório”, e dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**. Findo este prazo, a **CONTRATANTE** promoverá a retirada, debitando as respectivas despesas à **CONTRATADA**.

**5.1.5** Manter os locais de trabalho limpos e desimpedidos.

**5.1.6** Executar, às suas custas, os reparos que se fizerem necessários, de acordo com as determinações da **CONTRATANTE**, para que os serviços sejam entregues na qualidade estabelecida.

**5.1.7** Facilitar todas as atividades da **CONTRATANTE**, bem como das supervisões dos seus técnicos, fornecendo as informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução.

**5.1.8** Atender prontamente as reclamações e exigências da **CONTRATANTE**, refazendo e corrigindo, quando for o caso, e às suas expensas, as partes dos serviços que comprovadamente não atenderem às especificações e normas técnicas exigidas.

**5.1.9** Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo às convocações da **CONTRATANTE** para reuniões de avaliação.

**5.1.10** Manter as obras e serviços executados, até ser lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

**5.1.11** Manter, no local dos serviços, “Diário de Obras”, onde tanto a **CONTRATADA** quanto a **CONTRATANTE** deverão registrar tudo o que julgarem conveniente para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente pelas partes.

**5.1.12** Manter, desde o início até a conclusão dos serviços, profissional devidamente registrado na entidade profissional competente e com currículo aprovado pela **CONTRATANTE**, que seja apto a responsabilizar-se pela



execução dos serviços contratados, receber comunicações e intimações relativas ao contrato e com plenos poderes perante a **CONTRATANTE**.

**5.1.13** Não alojar seu pessoal de produção no “Campus” da USP, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela **CONTRATANTE**.

**5.1.14** Fornecer e colocar as placas de obra, conforme modelo fornecido pela **CONTRATANTE**.

**5.1.15** Manter a guarda e vigilância dos locais dos serviços, já que à **CONTRATANTE** não caberá nenhuma responsabilidade por furtos, roubos ou extravios.

**5.1.16** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.1.17** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, no caso de obras e serviços, e em até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício.

**5.1.18** Não subcontratar o total dos serviços e obras objeto deste contrato, sendo-lhe permitido fazê-lo parcialmente, continuando, entretanto, a responder, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais.

**5.1.18.1** As subcontratações deverão ser autorizadas previamente e por escrito pela **CONTRATANTE**, não cabendo qualquer alegação de aceitação tácita por parte da **CONTRATANTE**.

**5.1.18.2** Não existirá qualquer vínculo contratual entre as subcontratadas e a **CONTRATANTE**, perante a qual a única responsável pelo cumprimento do contrato será sempre a **CONTRATADA**.

**5.1.19** Manter atualizado seu endereço completo, *e-mail* e telefone.

**5.1.20** Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

**5.2** No cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** é responsável:

**5.2.1** Direta e exclusivamente pela execução da obra, fornecimentos e mão-de-obra e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

**5.2.2** Pela análise e estudos dos desenhos do projeto e de todos os documentos que o complementam, fornecidos pela **CONTRATANTE**, para a execução dos serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos. Caso a **CONTRATADA** constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, à **CONTRATANTE**, para que tais defeitos sejam sanados, se procedentes forem.

**5.2.3** Por quaisquer diferenças, erros ou omissões em informações que vier a fornecer à **CONTRATANTE**.

**5.2.4** Por todas as obrigações decorrentes da legislação social, trabalhista e previdenciária a que estiver sujeita pela execução deste contrato.

**5.2.5** Pela apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

**5.2.6** Pela manutenção dos serviços executados até o recebimento definitivo por parte da **CONTRATANTE**, arcando com os custos de eventuais reparos.

**5.2.7** Pelo custo dos ensaios que forem exigidos pela **CONTRATANTE** para aferir a qualidade e as características dos materiais empregados ou serviços executados, em firmas ou entidades de capacidade e idoneidade comprovadas.

**5.2.8** Pela execução, às suas expensas, dos reparos ou correções de quaisquer irregularidades ou defeitos constatados nos serviços executados decorrentes de inobservância ou infração das disposições do contrato e de leis e regulamentos em vigor, independentemente de qualquer notificação da **CONTRATANTE** neste sentido.

**5.2.9** Pelo pagamento de indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por negligência, imprudência ou imperícia, a empregados ou bens da **CONTRATANTE** ou de terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade.

**5.2.10** Durante cinco anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

**5.3** No cumprimento deste contrato a **CONTRATANTE** obriga-se a:

**5.3.1** Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.

**5.3.2** Emitir a Ordem de Início dos Serviços;



- 5.3.3** Fornecer à **CONTRATADA**, a tempo de não comprometer o Cronograma Físico-Financeiro, todos os elementos do projeto executivo, especificações e referências necessários ao perfeito andamento dos serviços.
- 5.3.4** Liberar, completamente, as áreas destinadas aos serviços.
- 5.3.5** Proceder às medições mensais dos serviços efetivamente realizados.
- 5.3.6** Pagar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, nos termos exatos deste ajuste;
- 5.3.7** Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, nos prazos e condições estipulados neste ajuste.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL DA CONTRATADA**

- 6.1** A **CONTRATADA** empregará, na execução dos serviços, pessoal quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência, aptidão e idoneidade, sendo ela considerada a única e exclusiva empregadora.
- 6.2** A **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a **CONTRATANTE**, quer perante a **CONTRATADA**, quer perante o próprio empregado.
- 6.3** A **CONTRATADA** não poderá contratar pessoal que esteja a serviço da **CONTRATANTE**.
- 6.4** A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, solicitar da **CONTRATADA** a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados de subcontratadas que se encontrarem trabalhando nos locais das obras.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO**

- 7.1** Não obstante ser a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável, inclusive perante terceiros, pela execução do objeto do contrato, reserva-se à **CONTRATANTE** o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da **CONTRATADA**, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços.
- 7.2** A ação fiscalizadora se efetivará por técnicos designados pela **CONTRATANTE**.
- 7.3** Caberá à Fiscalização verificar se no desenvolvimento dos serviços estão sendo cumpridas as disposições deste contrato e dos documentos que o integram e, também, autorizar a substituição de materiais e alterações de projeto e, ainda, participar de

soluções de eventuais problemas executivos e de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução do objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

**8.1.** Pelo descumprimento das obrigações assumidas no ajuste, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**8.2.** A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

**8.3.** Poderão ser aplicadas multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, observados os seguintes tipos e respectivos percentuais:

a) **Cominatória:** A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I – Até o 30º dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II – A partir do 31º dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.1) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.

b) **Moratória:** A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I – Até o 30º dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II – A partir do 31º dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.1) A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.

c) **Por inexecução total ou parcial do contrato:** A multa será de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, e será aplicada quando for imputável à CONTRATADA a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993.

**8.4.** As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

**8.5.** Poderão ser aplicadas, ainda, as penas de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**8.6.** As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

**8.7.** O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.

**8.8.** As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br); no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

**8.9.** As multas não têm caráter compensatório. Independentemente das sanções aplicáveis, a CONTRATADA ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença verificada em nova contratação na hipótese de os demais classificados não aceitarem contratar pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

**8.10.** As multas e demais débitos não pagos pela CONTRATADA são pendências passíveis de serem registradas no CADIN Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

## **CLÁUSULA NONA – GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1** No ato da assinatura deste contrato a **CONTRATADA** apresentou garantia na modalidade \_\_\_\_\_, na importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao contrato, por meio da guia nº \_\_\_\_\_, que ficará retida até seu fiel cumprimento.

**9.2** A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo da obra.

**9.2.1** Caso a garantia oferecida pela **CONTRATADA** evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação.

**9.2.2** A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no subitem anterior sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes consequências:

- a. retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos, para recomposição da garantia contratual, na modalidade caução em dinheiro; ou
- b. caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidades previstas na cláusula oitava e, ainda, a rescisão do ajuste com fundamento no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**9.2.2.1** Caberá à Administração contratante decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia contratual ou a caracterização da inexecução contratual.

**9.2.3** A devolução da garantia não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**9.2.4** À **CONTRATANTE** cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

**9.2.5** A correção monetária da garantia prestada na forma de caução em dinheiro será calculada com base na variação de índice IPC/FIPE e, no caso de utilização de cheque, a data inicial da correção será a do crédito bancário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DAS COMUNICAÇÕES RECÍPROCAS**

**10.1** Como condição da assinatura deste contrato foi entregue documento, assinado pelo representante legal da empresa, de designação dos responsáveis técnicos das obras e serviços da contratada.

**10.1.1** Os responsáveis técnicos indicados no documento são os mesmos indicados como detentores de acervo exigido para qualificação técnica do procedimento licitatório, sendo que estes irão participar dos trabalhos e comparecer às convocações da **CONTRATANTE**.

**10.1.2** Qualquer pedido de alteração do quadro de responsáveis técnicos pelas obras e serviços deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por escrito, para sua aprovação, acompanhado de nome, número de seu registro na entidade profissional competente e currículo dos profissionais.

**10.1.2.1** A aprovação do pedido de alteração dependerá, dentre outros fatores, da manutenção da qualificação técnica exigida no procedimento licitatório.



**10.1.2.2** A aprovação ou recusa do pedido de alteração será informada por correspondência escrita da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

**10.1.3** Enquanto não for aprovada a alteração do quadro de responsáveis técnicos, manter-se-á a responsabilidade técnica dos profissionais inicialmente indicados.

**10.1.4** Aprovado o pedido de alteração do quadro de responsáveis técnicos, a **CONTRATADA** entregará os comprovantes de registro da responsabilidade técnica correspondentes, obtidos junto à entidade profissional competente.

**10.2** Ainda como condição da assinatura deste contrato, a **CONTRATADA** indicou, por escrito, pessoa responsável pelas comunicações referentes a este ajuste e recebeu da **CONTRATANTE** indicação de servidor com a mesma atribuição.

**10.2.1** Quaisquer comunicações só terão efeito se realizadas entre as pessoas indicadas pelas partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1** O descumprimento das obrigações assumidas pelo presente contrato ou a incidência em comportamento descrito no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 implicará a sua rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE**, independentemente de notificação judicial, aplicando-se os artigos 79 e 80 da mesma Lei, caso seja inadimplente a **CONTRATADA**.

**11.2** No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o parágrafo 1º do artigo 1º do decreto estadual nº 57.159/2011.

**11.3** No caso de rescisão, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pela **CONTRATADA**, a USP poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas apuradas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**12.1** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

[CIDADE], em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X



P/ CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

a) \_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:

b) \_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:



## **ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO**

### **PORTARIA GR N. 3925, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008**

(D.O.E. – 23.08.2008)

**Artigo 1º** - Ficam baixadas as Normas de Conduta de Obras e Serviços de Engenharia da Universidade de São Paulo, constantes do Anexo I.

**Artigo 2º** - Todos os contratos de obras e de serviços de engenharia celebrados pela Universidade deverão conter cláusula sobre a obrigatoriedade de cumprimento das normas de conduta para empresas prestadoras desses serviços, passando as referidas normas a fazer parte integrante dos contratos como Anexo.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria GR nº 3702, de 17.07.2006 (Prot. USP nº 2007.5.432.82.8).

Reitoria da Universidade de São Paulo, 21 de fevereiro de 2008.

SUELY VILELA  
Reitora

---

## **ANEXO I**

### **NORMAS DE CONDUTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.**

1. As empresas contratadas para prestação de serviços de engenharia e obras devem cumprir as normas de saúde e segurança no trabalho constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, especialmente as previstas na NR 18, ou outras que vierem a substituí-las, além das demais disposições relacionadas com a matéria, ainda que supervenientes.
2. A Universidade de São Paulo, por meio de seu Órgão responsável pela administração do contrato de serviços ou obras, exercerá a fiscalização quanto ao cumprimento das normas aqui referidas, obrigando-se a empresa a apresentar qualquer documentação eventualmente exigida e necessária para a averiguação do cumprimento das normas mencionadas.
3. Uma vez constatado o descumprimento das normas citadas, a USP registrará a ocorrência no Diário de Obras e notificará a empresa contratada a adotar, imediatamente, as medidas que apontar.
  - 3.1. Caso a contratada não atenda as exigências da Universidade, será feita a rescisão contratual unilateral, como também será aplicada a multa prevista para as hipóteses de inexecução contratual contida na Portaria GR nº 3161/99, ou diploma legal que a substitua.



**4.** As obras e serviços de engenharia realizados pela Universidade de São Paulo devem ser de conhecimento da Coordenadoria do Espaço Físico da USP - COESF e assumem a classificação a seguir:

Categoria A - Construções de novos edifícios.

Categoria B - Intervenções em edifícios existentes que alterem sua área construída.

Categoria C - Intervenções em edifícios existentes que:

- contêm serviços de engenharia de grande complexidade técnica;
- alterem as características originais dos edifícios;
- alterem sua função (integral ou parcialmente).

Categoria D - Intervenções que não alterem as características originais do edifício, mas que apenas restabeleçam a qualidade inicial da construção.

**4.1.** É competência da COESF aprovar a realização das intervenções civis nas Categorias “A”, “B” e “C”, sendo que tal aprovação será suprida pela assinatura do respectivo Termo de Compromisso (de Empreendimento ou de Serviço), divulgado pelo Ofício GR/CIRC/102, de 14.02.2008. As intervenções classificadas na Categoria “D” dispõem tal aprovação e devem ser realizadas pela Unidade.

**4.2.** Eventual dúvida da Unidade Executora, a respeito do enquadramento da intervenção civil, deverá ser documentada por escrito, nos respectivos autos, mediante troca de e-mail ou fac-símile com a COESF. Caso não seja feita consulta à COESF, a Unidade Executora assumirá a responsabilidade pela classificação da intervenção civil, exarando Justificativa a respeito nos autos.

**4.3.** A COESF poderá realizar auditorias nas obras e serviços de engenharia e, em caso de irregularidades concernentes ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, poderá embargá-las até final regularização.

**4.4.** A competência referida no item 4.1. (acima) não afasta a responsabilidade que possui o Órgão da USP, responsável pela execução da obra/serviços, de fiscalizar se as regras de saúde e segurança do trabalho estão sendo obedecidas pela contratada.

**5.** Estas disposições deverão ser observadas em todas as licitações de obras e serviços de engenharia da USP.





D.O.E.: 27/02/2010

**[CONSOLIDADA] PORTARIA GR Nº 4710, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010**

**(Alterada pelas Portarias GR 4838/2010, 5734/2012, 6676/2015 e 7518/2019)**

Dispõe sobre as condições de pagamento nas compras e contratos referentes à aquisição de materiais ou à prestação de serviços e revoga a Portaria GR nº 4007/2008.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art 42, I, do Estatuto da USP, baixa a seguinte

**PORTARIA:**

**Artigo 1º** – O prazo para efetivação de pagamentos por aquisição de materiais ou por prestação de serviços não será inferior a 28 dias corridos, exceto para as compras efetuadas por dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, hipóteses em que os pagamentos poderão ser feitos em prazo não inferior a 07 dias corridos.

**Artigo 2º** – O Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE poderá autorizar pagamentos em prazos inferiores aos fixados nesta Portaria, desde que motivada a impossibilidade de pagamento nos prazos estabelecidos.

Parágrafo único – Em hipóteses absolutamente excepcionais, esgotadas as tentativas de negociação e justificado o interesse público pela Unidade ou Órgão contratante, o Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE poderá autorizar o pagamento antecipado nas importações. *(acrescido pela Portaria GR 4838/2010)*

**Artigo 3º** – Os prazos de pagamentos serão contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório, assim considerando: *(alterado pela Portaria GR 5734/2012)*

I. o recebimento de produtos e serviços no local de entrega, para posterior conferência; ou

II. a medição de fornecimentos de produtos ou serviços prestados em determinado período, conforme especificado em contrato.

§ 1º – Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

§ 2º – Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

§ 3º – Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

**Artigo 4º** – Os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida pelo Decreto nº 62.867/2017, de 03/10/2017, excetuando-se as situações diferentemente regidas por previsões constitucionais e legais, bem como por determinações judiciais e



contratuais, que obriguem a manutenção dos recursos em outras instituições financeiras, ficando, ainda, terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros. *(alterado pela Portaria GR 7518/2019)*

Parágrafo único – A existência de registro no Cadin Estadual constitui impedimento à efetivação do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008, combinado com o artigo 7º, § 1º, do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

**Artigo 5º** – Em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/93 e nas Instruções do Tribunal de Contas do Estado, impõe-se o rigoroso cumprimento dos prazos de pagamento das despesas, ficando vedados os pagamentos com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

§ 1º – O eventual descumprimento da ordem cronológica a que se refere o caput deste artigo deverá ter sua justificativa publicada na imprensa oficial, por iniciativa da Unidade que lhe der causa, devendo ser parte integrante dos autos de pagamento.

§ 2º – A inobservância injustificada das disposições constantes no caput deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções administrativas, civis e penais previstas na Lei nº 8.666/93.

**Artigo 6º** – O processo de pagamento deverá ser instruído com a documentação fiscal (nota fiscal e demais documentos exigíveis), a nota de empenho e o atestado de recebimento datado e assinado pelo responsável, com a indicação de seu nome e nº funcional.

**Artigo 7º** – A presente Portaria não se aplica às despesas feitas em regime de adiantamento, com recursos provenientes de convênios e aos pagamentos de serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.

**Artigo 8º** – O Departamento de Finanças da CODAGE poderá expedir instruções operacionais complementares.

**Artigo 9º** – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria GR nº 4007, de 04.07.2008. (Proc. USP nº 10.1.3238.1.8).

Reitoria da Universidade de São Paulo, 25 de fevereiro de 2010.

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor



## **RESOLUÇÃO Nº 7601, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018**

D.O.E.: 22/12/2018

(Republicada em 10.01.2019)

(Revoga a Portaria GR 3161/1999 a partir de 10.04.2019)

Regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, incisos I e IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, em sessão de 17.04.2018, e pela Comissão de Legislação e Recursos, em sessão de 09.05.2018, baixa a seguinte

### **RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – A violação das regras estabelecidas em editais de licitação e o descumprimento de contratos de fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços em que a Universidade de São Paulo figure como contratante pode ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas ao particular:

I – advertência, com fundamento no artigo 87, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993;

II – multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993:

a) cominatória;

b) moratória; e

c) por inexecução total ou parcial do contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV – impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único – Os contratos poderão prever outras multas específicas, tendo em vista as peculiaridades do objeto contratado.

### **Da advertência e das multas**

**Artigo 2º** – A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

**Artigo 3º** – A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável nas seguintes hipóteses:

I – quando o descumprimento de obrigação acessória prejudicar a execução do objeto principal do contrato;

II – reincidência em infração punível com advertência.

**Artigo 4º** – A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.

**Artigo 5º** – A multa moratória é aplicável quando o cumprimento da obrigação contratada ocorrer depois de vencido o prazo de entrega ou execução.

§ 1º – A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

I – na data fixada no instrumento contratual; ou

II – na data de assinatura do instrumento contratual ou da retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não fixado outro prazo.

§ 2º – Os prazos de entrega ou execução serão contados em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

**Artigo 6º** – Cabe ao contratado solicitar a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo avençado.

Parágrafo único – As justificativas serão apreciadas pela autoridade competente para celebrar o contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**Artigo 7º** – Vencido o prazo de entrega ou execução, a autoridade competente para celebrar o contrato poderá:

I – aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória; ou

II – justificar o desinteresse no recebimento dos bens e/ou serviços em atraso, hipótese em que restará caracterizada a inexecução contratual.

Parágrafo único – Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, exceto quando a autoridade competente para celebrar o contrato justificar a vantagem para a Administração na manutenção do contrato.

**Artigo 8º** – A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.

**Artigo 9º** – A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao contratado a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Universidade, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa por inexecução.

**Artigo 10** – As multas serão calculadas com base no valor vigente à época da inexecução e, posteriormente, atualizadas pela variação do IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento.

**Artigo 11** – As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

### **Das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a administração**

**Artigo 12** – A pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos, prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, é aplicável:

I – em licitações processadas nas modalidades disciplinadas na Lei Federal nº 8.666/1993 (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão) e nas contratações delas resultantes;

II – em contratações celebradas nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 17, 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**Artigo 13** – A pena de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, é aplicável em licitações processadas na modalidade de Pregão e nas contratações delas resultantes.

**Artigo 14** – As penas previstas nos artigos 12 e 13 são aplicáveis quando:

I – o licitante, violando as regras fixadas no edital da licitação, perturbar a sessão pública de julgamento ou causar embaraço à atuação do pregoeiro ou Comissão Julgadora; ou

II – o contratado descumprir suas obrigações (principal ou acessórias), causando prejuízo de qualquer natureza à Universidade ou a terceiros.

Parágrafo único – A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, observados os limites temporais fixados nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002.

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, será aplicada ao licitante ou contratado que agir de má-fé ou utilizar de meio fraudulento a fim de frustrar o caráter competitivo do certame ou a execução contratual.

**Artigo 16** – As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

### **Do procedimento sancionatório**

**Artigo 17** – A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Resolução, bem como a rescisão do contrato, quando cabível, serão precedidas de procedimento destinado a garantir oportunidade para o exercício do contraditório e ampla defesa, o qual tramitará pelo Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções, instituído pelo Decreto Estadual nº 61.751/2015.

§ 1º – A tramitação do procedimento sancionatório em ambiente eletrônico não dispensa a instrução do processo de contratação com os atos e documentos produzidos no sistema e-Sanções.

§ 2º – Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica a ser dirimida, os autos poderão ser encaminhados à Procuradoria Geral, para análise e manifestação, com posterior inserção do parecer emitido no sistema e-Sanções.

**Artigo 18** – Verificada a situação que enseja a aplicação da sanção, o particular sujeito à penalidade será notificado pela Universidade, sendo-lhe assegurada a oportunidade para exercício do contraditório e ampla defesa nos seguintes prazos:

I – 5 (cinco) dias úteis, quando proposta a aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, previstas no artigo 87, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

II – 10 (dez) dias, quando proposta a aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único – O prazo para apresentação da defesa será contado a partir da data de recebimento da notificação ou da publicação desta no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 19** – A notificação será encaminhada por via postal com aviso de recebimento (AR), ou por qualquer meio que permita comprovar o inequívoco recebimento da notificação.

§ 1º – Considera-se inequivocamente recebida a notificação encaminhada por correspondência eletrônica quando houver confirmação de recebimento.

§ 2º – Quando o particular sujeito à penalidade não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, ele será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 3º – O particular é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

**Artigo 20** – A notificação deverá conter, entre outros, os seguintes elementos:

I – descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;

II – possibilidade de caracterização de inexecução contratual e rescisão do contrato, se pertinente;

III – sanções administrativas cabíveis, com indicação dos respectivos fundamentos normativos;

IV – retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade, se pertinente; e

V – previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados no artigo 18 desta Resolução, e instruções para acesso ao sistema e-Sanções.

**Artigo 21** – Transcorrido o prazo para apresentação da defesa prévia, o processo será encaminhado à autoridade competente para celebrar o contrato, a qual, em despacho fundamentado, apreciará as eventuais alegações apresentadas pelo particular e deliberará a respeito da aplicação das sanções inicialmente previstas.

Parágrafo único – Caso a sanção aplicável exceda as atribuições da autoridade competente para celebrar o contrato, os autos serão encaminhados à autoridade com atribuição para a aplicação da penalidade.

**Artigo 22** – São competentes para aplicar as sanções administrativas disciplinadas nesta Resolução:

I – a autoridade competente para celebrar o contrato, em relação às sanções de:

a) advertência;

b) multas;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

II – o Reitor, em relação à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante proposta fundamentada da autoridade competente para celebrar o contrato, após verificação da regularidade jurídico-formal do procedimento pela Procuradoria Geral.

**Artigo 23** – A decisão será publicada na Imprensa Oficial e o interessado será notificado a recolher o valor das multas eventualmente impostas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º – Nos casos de aplicação de sanção de advertência, bem como das multas previstas no artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, fica dispensada a publicação mencionada no caput.

§ 2º – Conforme o caso, o desfazimento do ajuste e a aplicação das penalidades cabíveis serão formalizados por meio de Termo de Rescisão Unilateral, cujo extrato será veiculado nos termos do caput.

**Artigo 24** – Das decisões que aplicarem sanções administrativas cabem:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/1993, em relação às sanções previstas nos incisos I a IV do artigo 1º desta Resolução;

II – pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com fundamento no artigo 109, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, em caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Artigo 25** – Concluído o julgamento dos eventuais recursos, as sanções aplicadas serão divulgadas na forma determinada no Decreto Estadual nº 48.999/2004.

### **Disposições finais e transitórias**

**Artigo 1º** – Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria GR nº 3161/1999.

**Artigo 2º** – As regras procedimentais previstas na presente Resolução serão imediatamente aplicáveis aos processos de penalização em andamento, tão logo se observe o decurso do prazo inscrito no artigo anterior, ressalvada tão somente a avaliação da viabilidade técnica, conforme o caso, de utilização da plataforma e-Sanções para os processos em curso.

**Artigo 3º** – Inicialmente, apenas os procedimentos sancionatórios que previrem a rescisão unilateral do contrato ou a aplicação de sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a administração, previstas nos incisos III a V do artigo 1º desta Resolução, tramitarão pelo Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções.



**Parágrafo único** – A aplicação de advertências e multas, previstas nos incisos I e II do artigo 1º desta Resolução, observará o procedimento previsto nesta Resolução, com tramitação em meio físico, registrada nos autos do processo de contratação.

**Artigo 4º** – As penalidades previstas nesta Resolução não se aplicam aos contratos celebrados antes do início da vigência desta Resolução, aos quais continuam aplicáveis as sanções previstas no edital da licitação, no instrumento contratual e na Portaria GR nº 3161/1999.

**Artigo 5º** – Com o início da vigência da presente Resolução, os procedimentos licitatórios em que ainda não ocorreu a sessão pública e as contratações diretas ainda não formalizadas deverão ter seus instrumentos e atos adequados de modo a consignarem expressamente a aplicação da disciplina de penalização ora estabelecida.

§ 1º – Nas licitações em curso (ainda não homologadas) em que já tenha havido a sessão pública de abertura de envelopes ou propostas, a autoridade competente deverá decidir motivadamente entre:

- a) revogar a licitação em curso, com o intuito de revisar o edital e ajustá-lo à disciplina fixada nesta Resolução; ou
- b) justificar o prejuízo resultante da revogação e manter a licitação em curso, hipótese em que serão aplicáveis as penalidades previstas no edital, na minuta de contrato e na Portaria GR nº 3161/1999, observada a regra do artigo 2º das Disposições finais e transitórias da presente Resolução.

§ 2º – Quando a licitação já se encontrar homologada antes do início da vigência desta Resolução, mas o contrato ainda não tiver sido formalizado, a contratação poderá ter prosseguimento, de modo a evitar os prejuízos advindos do refazimento do certame, hipótese em que serão aplicáveis as penalidades previstas no edital, na minuta de contrato e na Portaria GR nº 3161/1999, observada a regra do artigo 2º das Disposições finais e transitórias da presente Resolução.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 21 de dezembro de 2018.

VAHAN AGOPYAN  
Reitor





**ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**  
**(Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020)**  
**CARTA-CONVITE Nº 03/2023 CDCC/USP**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

**Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:**

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**



**Nome:**  
**Cargo:**  
**CPF:**

**Responsáveis pela HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME**

**Nome:**  
**Cargo:**  
**CPF:**  
**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste**

**Pelo CONTRATANTE:**  
**Nome**  
**Cargo:**  
**CPF:**  
**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA**  
**Nome:**  
**Cargo:**  
**CPF:**  
**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Ordenador da Despesa**  
**Nome:**  
**Cargo:**  
**CPF:**  
**Assinatura:** \_\_\_\_\_



## **ANEXO II – MATERIAL TÉCNICO**

### **Memorial Descritivo**

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBRA: Serviços de manutenção geral civil nas dependências do CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) da USP (Universidade de São Paulo).**

**DATA: setembro de 2023.**

### **1) INTRODUÇÃO**

Este Memorial Descritivo se refere a serviços diversos de manutenção civil geral nas dependências do CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) da USP (Universidade de São Paulo), nos seguintes locais:

- ⇒ Sede principal, endereço: Rua 9 de julho, nº 1227, Centro, esquina com a Rua 13 de maio, São Carlos - SP.
- ⇒ Observatório, endereço: Avenida Trabalhador São-carlense, nº 400, Centro, localizado na Área Sul do Campus 1 de São Carlos da USP.

O prazo total de execução dos serviços de manutenção será de 90 (sessenta) dias corridos, contados a partir (inclusive) da data de comunicação oficial da contratada pela contratante, que deverá emitir um documento formal denominado “Autorização para Início dos Serviços”.

### **2) GENERALIDADES**

Faz parte do escopo desta licitação o fornecimento total pela empresa de materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, maquinários, transportes, alimentação e afins, inclusive envolvendo todos os encargos e leis sociais referentes a tais fornecimentos, bem como as despesas indiretas, que também correrão por conta da firma contratada (regime de empreitada global).

Na execução dos serviços deverão ser observados os elementos técnicos fornecidos neste certame. Em caso de eventuais dúvidas, o Setor de Manutenção do CDCC ou a DVMANOPER/PUSP-SC (Divisão de Manutenção e Operação da Prefeitura do Campus USP de São Carlos) poderão ser consultados para os devidos esclarecimentos.



É obrigatória a visita ao local da obra (vistoria técnica), para ciência das condições vigentes das demandas de manutenção civil geral e elucidar eventuais dúvidas a respeito. A vencedora do presente certame não poderá sob hipótese alguma alegar ignorância neste aspecto. Para tanto, oportunamente, será agendada e divulgadas pela Administração do CDCC a data da reunião da visita técnica conjunta entre as empresas licitantes, o Setor de Manutenção do CDCC e a Fiscalização da USP.

Qualquer proposta ou sugestão por parte da licitante vencedora no sentido de modificar as condições pré-estabelecidas na documentação técnica que instrui o presente certame deverá ser previamente submetida à apreciação da Fiscalização da USP. Somente após a expressa manifestação positiva por escrito poderão ser alteradas as condições originariamente fixadas.

A critério da contratante, e desde que não se descaracterize o escopo licitatório, poderão ser reconsideradas premissas técnicas básicas assumidas originariamente. As novas condições admitidas deverão ser comunicadas oficialmente, formalizadas por escrito, pela DVMANOPER à firma licitante vencedora.

Caberá à Fiscalização da USP notificar a contratada sobre eventuais irregularidades porventura observadas nos serviços, visando à imediata adoção de providências corretivas e/ou adaptativas, bem como atestar os serviços, desde que tenham sido entregues conforme estipulado no Contrato, encaminhando as notas fiscais / faturas devidamente atestadas para pagamento no prazo determinado.

A licitante vencedora deverá observar e cumprir todos os requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionados ao objeto do Contrato. Para o desenvolvimento e entrega dos trabalhos, a contratada deverá obedecer às recomendações e aos critérios exigidos pela Fiscalização da USP.

Para efeito de esclarecimentos referentes ao presente certame, ou em caso de eventuais erros, inconsistências e incompatibilidades entre o material técnico fornecido na presente licitação, o Setor de Manutenção do CDCC ou a DVMANOPER/PUSP-SC (Divisão de Manutenção e Operação da Prefeitura do Campus USP de São Carlos) poderão ser consultados.



É relevante enfatizar para as firmas licitantes que os casos eventualmente omissos ou que porventura gerem dúvidas deverão ser levantados e esclarecidos anteriormente a abertura das propostas do certame licitatório. Após esta data, estes casos serão solucionados ou elucidados pelo Setor de Manutenção do CDCC ou pela DVMANOPER/PUSP-SC (Divisão de Manutenção e Operação da Prefeitura do Campus USP de São Carlos), a seu critério da USP, sendo comunicados à licitante vencedora anteriormente ao início da obra.

A licitante vencedora deverá contatar a Fiscalização da USP anteriormente ao início dos trabalhos em campo, para verificar a eventual existência de redes interferentes com a implantação do muro de arrimo.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, observando-se também as normas de boa técnica de construção. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de boa qualidade e examinados e aprovados pela Fiscalização da USP, de modo que sejam garantidas as melhores condições possíveis de utilização, eficiência e durabilidade.

Caberá também à Fiscalização da USP impugnar o emprego de materiais e/ou serviços que estiverem em desacordo com este Memorial ou com o Projeto. A empresa executora dos trabalhos se obriga a retirar do canteiro de obras os materiais porventura impugnados pela Fiscalização da USP. A empresa contratada deverá ainda garantir os materiais e/ou serviços empregados na obra, atendendo as normas técnicas pertinentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e recomendações dos fabricantes. É também obrigação da contratada a substituição, por sua inteira conta, de qualquer material que porventura apresentar defeitos decorrentes de instalação imprópria. A Fiscalização da USP, a seu critério, em casos duvidosos poderá exigir a realização de ensaios técnicos de qualidade dos materiais empregados, a fim de garantir a inexistência de vícios construtivos no empreendimento. Todos os ensaios técnicos eventualmente necessários deverão ser realizados em Empresas ou Laboratórios conceituados no ramo da construção civil. Todos os custos referentes aos testes e ensaios de qualidade correrão por conta da licitante vencedora.

Será obrigatório e de responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de todos os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e de EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários aos serviços em pauta, bem como zelar pela utilização dos mesmos por seus funcionários.

Salienta-se que a empreiteira vencedora da presente licitação deverá rigorosamente respeitar os preceitos da Norma Regulamentadora 18 (N.R.-18, “Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção”), que dispõe sobre orientações a serem rigidamente observadas, relativas à segurança, limpeza e higiene no trabalho da construção civil (canteiro de obras). Os acessos ao canteiro deverão ser previamente estabelecidos em acordo com a Fiscalização da USP, que deverá definir inicialmente os locais específicos destinados à armazenagem dos insumos, ferramentas, máquinas e equipamentos. Todo este aparato deverá ser disposto de modo a manter a organização do canteiro e permitir o livre trânsito. As áreas de trabalho e vias de circulação deverão ser mantidas limpas e desimpedidas durante todo o andamento dos serviços. A contratada deverá comunicar a Fiscalização da USP e/ou a Administração do CDCC, com antecedência mínima de 48 horas, no caso de necessidade de sinalização especial nas suas dependências, ou seja, quando a execução dos serviços interferir no trânsito de pedestres e/ou veículos.

A empresa contratada terá responsabilidade exclusiva pela guarda de seus materiais, ferramenta, máquinas e equipamentos em geral, não cabendo à USP nenhuma obrigatoriedade de reposição em caso de perdas, danos, furtos e roubos.

Periodicamente deverá ser feita a remoção do entulho gerado, deixando os acessos completamente desimpedidos de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente limpos.

Ao final dos trabalhos, deverão ser removidos todos os materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis. Também deverá ser executada uma limpeza final de acabamento.

A expressão “Modelo de referência ou similar: Ref. xxxxx. fab. yyyyyy.”, com indicação de marcas, presente nas especificações, tem como finalidade servir de parâmetro de qualidade, facilitar a descrição do objeto, apresentar uma referência estética de forma e/ou acabamento, podendo ser substituído por outras marcas e modelos de equivalência técnica ou superior conforme orientação obtida em Licitações & Contratos - Orientações básicas - 2ª edição – TCU.

### **3) DISPOSIÇÕES TÉCNICAS.**

#### **3.1) Mobilização inicial para execução dos trabalhos.**

Os preços de todos os subitens do item 3.1 deverão ser rateados proporcionalmente nos itens orçamentários que compõem a planilha de preços, conforme suas especificidades.

Preliminarmente, deverão ser tomadas as providências para realização dos serviços gerais de manutenção civil, observando-se os seguintes aspectos gerais:

##### **3.1.1) Preenchimento e recolhimento de ART do CREA-SP.**

A firma vencedora da licitação deverá preencher e recolher uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo) referente a todos os serviços do escopo deste certame, anteriormente ao início dos trabalhos, em conformidade com as orientações da Inspeção Executiva do CREA de São Carlos - SP. Uma cópia desta ART deverá ser entregue à Fiscalização da USP, e outra deverá ficar à disposição no local de execução dos serviços.

##### **3.1.2) Instalações provisórias de água e de energia elétrica.**

O Setor de Manutenção do CDCC indicará à Contratada os pontos de fornecimento de água e de energia elétrica a serem utilizados para a execução dos trabalhos de manutenção civil ora contratados.

##### **3.1.3) Instalações sanitárias e de depósito de materiais, equipamentos e ferramentas.**

O Setor de Manutenção do CDCC indicará à Contratada os banheiros a serem utilizados pelos funcionários da Contratada, bem como um local apropriado para a guarda dos seus materiais, equipamentos e ferramentas.

##### **3.1.4) Tapumes em telas plásticas alaranjadas.**

Deverá ser executado tapume em todos os locais onde será necessário o isolamento da área de trabalho. O tapume deverá ser do tipo "cerquite", fixado de forma resistente, e ter altura mínima de 1,20 metros em relação à cota do local de trabalho, isolando-o totalmente das áreas de uso comum do CDCC.



### **3.1.5) Limpezas e acertos gerais em locais de manutenção.**

Em determinados serviços de manutenção os locais de intervenção deverão ser previamente preparados para realização das tarefas. Caso existam, deverão ser retirados todo o entulho e vegetação rasteira (grama, mato etc.) e raízes existentes no terreno, bem como realizar uma raspagem manual para acerto e nivelamento do solo.

## **3.2) Serviços Gerais de Manutenção Civil a serem executados.**

### **3.2.1) Embutimento de dutos em paredes e pisos.**

#### **3.2.1.1) Em paredes.**

Em 4 locais em paredes, deverão ser instalados (“chumbados”) eletrodutos corrugados de 1ª qualidade na cor preta, de bitola compatível (com folga condizente de trabalho) com a fiação a ser alojada interiormente, arrematando-se ambas as extremidades em cada parede com caixas de elétrica de embutir com acabamento completo (suporte, acessórios e espelho). Posteriormente, será refeito o acabamento do serviço, ou seja, reconstituição do revestimento de parede e retoque de pintura na cor existente. Cuidados especiais deverão ser tomados ao realizar esta tarefa, observando-se sobretudo a Norma Regulamentadora NR-35 (Trabalho em Altura). Vide item 1.1 do ANEXO 01.

#### **3.2.1.2) Em pisos.**

Em um trecho de piso entre a “Casa “Maluca” e o EIC deverá ser embutida subterraneamente “Sealtubo” compatível com piso de tráfego de veículos, de bitola dimensionada (com folga condizente de trabalho) com a fiação a ser alojada interiormente, arrematando-se ambas as extremidades em cada parede com caixas de elétrica de embutir com acabamento completo (suporte, acessórios e espelho). Posteriormente, será refeito o acabamento do serviço, ou seja, reconstituição do piso nas adjacências e retoque de pintura na cor existente. Vide item 1.2 do ANEXO 01.

### **3.2.2) Revestimentos.**

No pilar localizado na esquina do prédio do CDCC (cruzamento entre as ruas 9 de julho com 13 de maio), deverá ser reconstituído o seu revestimento, com aplicação de chapisco aditivado, traço volumétrico 1:3 em cimento e areia grossa mais aditivo de aderência, e posterior aplicação sobre o mesmo de argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia fina na dosagem em volume 1:2:8 (acabamento superficial “Reboco “Paulista”). Para finalizar, será aplicada pintura de fundo e de acabamento em tinta látex premium. Vide item 2.1 do ANEXO 01.

### **3.2.3) Construção de Abrigo para Gás GLP.**

Ao lado da “Casa Maluca”, deverá ser construído um abrigo para 3 botijões GLP, constituída de paredes laterais de alvenaria de tijolos maciços comuns 5x10x20 cm, de espessura 10 cm (1/2 vez), com cobertura em laje pré-fabricada com capa de concreto impermeabilizado de espessura 4 mínima, inclinação de pelo menos 10%. A parede de fundo do abrigo será a já existente no local. Preliminarmente à construção do abrigo, o piso existente deverá ser elevado e pavimentado com concreto desempenado até a altura do piso cimentado contíguo, com o desvio e embutimento de tubo de PVC 4” (10 mm) de águas pluviais. As paredes do abrigo serão chapiscadas, rebocadas e pintadas conforme descrito no item 3.2.2. A laje será pintada com membrana líquida impermeável na sua superfície superior. O piso elevado deverá também receber pintura apropriada, específica para a superfície. Vide item 3.1 do ANEXO 01.

### **3.2.4) Construção de Piso Cimentado ao lado do portão eletrônico.**

Com o intuito de oferecer um espaço adequado à realização de eventuais manutenções no motor que aciona o portão eletrônico, deverá ser construído um piso de concreto simples traço volumétrico 1:2:3 em cimento, areia grossa e pedra 1, cuja superfície receberá nata de cimento e areia média para acabamento desempenado. Anteriormente à execução do piso, na área a pavimentar deverá se proceder a remoção da vegetação existente e posterior compactação manual enérgica do solo resultante com pilão de 30 kg até compactação plena. O acabamento final superficial do piso receberá demãos de pintura apropriada até a cobertura completa de tinta, sem apresentar falhas. Vide item 4.1 do ANEXO 01.

### **3.2.5) Drenagem de Águas Pluviais.**

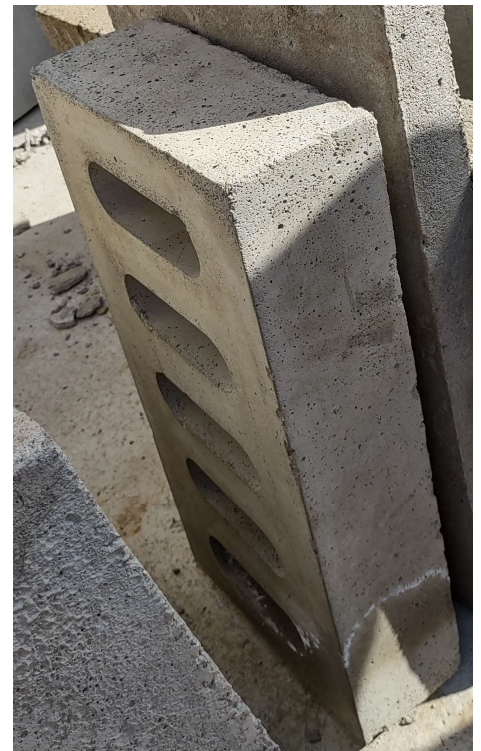
Para melhor compreensão, vide item 5 do ANEXO 01.

#### **3.2.5.1) Canaleta de Coleta e Drenagem de Águas Pluviais.**

No pátio de estacionamento do CDCC, localizado na área sul e oeste do seu terreno, deverá ser construída uma canaleta de recolhimento de água de chuva advinda da área pavimentada à leste do estacionamento. Inicialmente, deverá ser escavada, com as folgas laterais de 15 cm e de 7 cm de fundo a valeta de drenagem, que terá largura bruta (extremidades por fora) de 35 cm e profundidade mínima de 30 cm (livre), com inclinação de escoamento mínima de 1%. O fundo da canaleta deverá ser vigorosamente compactado manualmente com pilão de 30 kg. Em seguida, deverá ser lançada uma camada de concreto impermeabilizado  $f_{ck} \geq 20$  MPa, preparado em obra com betoneira, lançado e apiloado manualmente, em camada de espessura mínima 7 cm, acabamento liso. Sobre esta camada de concreto serão assentadas duas linhas paralelas de guias reforçadas, dimensões 80x30x10 cm, com argamassa de cimento e areia grossa na dosagem em volume de 1:3. Em ambas as laterais externas destas linhas de guias deverão ser construídos “encabeçamentos” reforçados em concreto armado, com a finalidade de promover o firme posicionamento confinado das tampas reforçadas de concreto armado perfuradas da canaleta de drenagem, de dimensões 50x25x10 cm. Seguem fotos ilustrativas das peças que constituirão esta canaleta.



Guias reforçadas de concreto armado, dimensões 80 x 30 x 10 centímetros.



Tampa reforçada de concreto armado, perfurada, dimensões 50 x 25 x 10 centímetros.

### **3.2.5.2) Caixa de Inspeção e Passagem de Águas Pluviais.**

Ao final da canaleta descrita no item 3.2.5.1, e localizada próxima ao muro ao sul do terreno do CDCC, deverá ser construída uma caixa em alvenaria de tijolos maciços comuns de barro cozido em  $\frac{1}{2}$  vez (10 cm de espessura), dimensões externas de 60x60 cm e profundidade de 50 cm, revestidas interna e externamente com chapisco e argamassa impermeável de cimento e areia média no traço volumétrico 1:3. Sobre o revestimento final, serão aplicadas duas demãos cruzadas de pintura betuminosa impermeabilizante. O fundo da caixa será em concreto impermeabilizado  $f_{ck} \geq 20$  MPa, preparado em obra com betoneira, lançado e apiloado manualmente, em camada de espessura mínima 7 cm, em acabamento liso. Sobre a caixa deverá ser instalada uma tampa cega de laje reforçada de concreto armado de espessura 8 cm.

### **3.2.5.3) Linha Subterrânea de 2 Tubos de Escoamento de Águas Pluviais.**

No trajeto da caixa descrita no item 3.2.5.2 até uma caixa de recolhimento de águas pluviais existente na confluência dos muros ao sul e ao oeste do terreno deverão ser assentados e envelopados subterraneamente dois tubos de drenagem de águas pluviais em PVC branco Série R de diâmetro 6" (150 mm). A profundidade mínima será de 25 cm, e o envelopamento deverá ser executado em uma camada mínima de 7 cm em concreto simples  $f_{ck} \geq 20$  MPa.

### **3.2.6) Serviços de melhorias em pisos e pavimentos de veículos.**

Para melhor compreensão, vide item 6 do ANEXO 01.

#### **3.2.6.1) Execução de guia rebaixada de arremate e suporte de extremidade de piso de concreto.**

Em uma rampa de acesso deverão ser instaladas e chumbadas guias reforçadas de concreto armado rebaixadas, dimensões 80x30x10 cm, com o objetivo de dar suporte ao início do piso inclinado. Após o embutimento e fixação das guias no solo, deverá ser executado um arremate em concreto simples  $f_{ck} \geq 20$  MPa, unindo e dando acabamento entre as guias e a rampa existente. Vide item 6.1 do ANEXO 01.

#### **3.2.6.2) Instalação de guias de jardim embutidas em piso de cascalho e brita para delimitação de vagas de estacionamento.**

Na área de estacionamento recoberta com cascalho (permeável), deverão ser embutidas no solo guias de jardim, ficando o seu topo superficial aparente, visando a demarcação de vagas de veículos. Para tanto, o solo deverá ser escavado na posição de embutimento das guias, sendo o solo de fundo e das laterais das guias reaterrado e energicamente e compactado de forma a se manter o posicionamento firme das guias, que deverão ser chumbadas subterraneamente com “pelotas” de concreto simples  $f_{ck} \geq 20$  MPa. Finalizando os serviços, o topo das guias será pintado na cor amarela, com tinta acrílica premium apropriada para tal fim (ref.: Suvinil Amarelo Demarcação, ou similar). Vide item 6.2 do ANEXO 01.

### **3.2.6.3) Reassentamento nivelado de área de piso de bloquete intertravado com afundamento.**

Na área de estacionamento pavimentada com bloquetes intertravados, em uma pequena região localizada, de aproximadamente 4 metros quadrados, houve um “afundamento” (depressão) do pavimento. Nesta região deverão ser retirados os bloquetes, executado um aterro com solo energicamente compactado, lançada uma camada de areia grossa para regularização e nivelamento da base e finalmente reassentados os bloquetes, com argamassa de cimento e areia média no traço 1:3, em volume. Os bloquetes que demarcavam vagas de estacionamento deverão ser repintados na cor amarela, com tinta acrílica premium apropriada para tal fim (ref.: Suvinil Amarelo Demarcação, ou similar). Vide item 6.3 do ANEXO 01.

### **3.2.6.4) Demolição e remoção de piso de madeira e concretagem de laje de contrapiso com acabamento em piso de cimentado desempenado estampado conforme piso adjacente.**

Na área interna do terreno do CDCC, próxima à confluência (esquina) entre as Ruas 9 de Julho e 13 de Maio, há um piso em assoalho de madeira, que deverá ser demolido (sem reaproveitamento) e retirado com destino final adequado fora do CDCC. No local, deverá ser executado um aterramento com solo compactado intensamente, e um piso de espessura mínima 7 cm em concreto desempenado estampado e alisado, de acabamento superficial ligeiramente rústico (anti-derrapante), com frisos de 60x60 cm. demarcados por juntas de dilatação plásticas embutidas no concreto e riscadas no arremate de superfície. Este piso deverá “imitar”, ou seja, reproduzir com a máxima fidelidade possível, o piso adjacente no local. Vide item 6.4 do ANEXO 01.

### **3.2.6.5) Reparos em áreas e pontos diversos de calçadas e guias externas localizadas nas Ruas 9 de Julho e 13 de Maio.**

Nas calçadas externas do CDCC, nas Ruas 9 de Julho e 13 de Maio, deverão ser realizados diversos serviços de melhorias nos passeios de bloquetes intertravados, nas guias de arenito e de concreto, nas “golas” de respiro de árvores, nos dutos de águas pluviais e em uma rampa de acesso ao estacionamento. Tais serviços consistem basicamente em:

#### **3.2.6.5.1) Retirada de bloquetes, rebaixamento do solo e reassentamento nivelado.**

Em locais de árvores plantadas, onde houver elevação do piso de bloquete (vide itens 6.5.1 e 6.5.2 do ANEXO 01):

3.2.6.5.1.1) Retirar os bloquetes, rebaixando-se o nível da gola ao redor das árvores. Se necessário, proceder ao eventual alargamento da área de respiro das árvores, deixando uma “gola” de dimensões livres 50 x 50 cm, bem como rebaixar o mínimo possível eventuais raízes interferentes com o nível desejado do piso acabado.

3.2.6.5.1.2) Compactar vigorosamente o solo resultante, lançando-se em seguida uma camada de areia grossa para regularizar e nivelar a base.

3.2.6.5.1.3) Reassentar os bloquetes com argamassa de cimento e areia grossa na dosagem em volume de 1:3, arrematando-se as “golas” com a mesma argamassa.



### **3.2.6.5.2) Reparos em guias de arenito e de concreto.**

Nos locais das guias onde se desprenderam as placas de argamassa que as recobriam, bem como onde a argamassa está prestes a se soltar, deverá ser reconstituído o mesmo revestimento, com uma aderência superior, da seguinte forma (vide item 6.5.3 do ANEXO 01):

3.2.6.5.2.1) Identificar todos os pontos onde a argamassa se soltou e onde está prestes a se soltar no topo das guias. Verificar se os pontos remanescentes possuem aderência suficiente para ainda permanecerem fixadas.

3.2.6.5.2.2) Escarificar os pontos onde a argamassa está prestes a se soltar.

3.2.6.5.2.3) Limpar intensamente a superfície e umidificar todos os pontos a serem novamente recobertos. Utilizar argamassa de cimento e areia média, traço volumétrico 1:3, com aditivo de aderência à base de epóxi (ref.: Sika - adesivo estrutural - Sikadur epóxi cinza, Vedacit - adesivo de epóxi Compound cinza, ou similar).

### **3.2.6.5.3) Reparo em dois tubos de escoamento de águas pluviais embutidos em guia de arenito.**

No local onde há dois tubos de escoamento de águas pluviais na Rua 9 de Julho, será ser efetuado um reparo com reforço estrutural, da seguinte forma (vide item 6.5.4 do ANEXO 01):



3.2.6.5.3.1) Escarificar toda a área danificada e suas adjacências, visando promover melhores condições de trabalho, de aderência e de ligação monolítica com as áreas circunvizinhas.

3.2.6.5.3.2) Em local próximo, onde os 2 tubos de PVC branco de 4" (100 mm) existentes estão íntegros, conectar por meio de uma adaptação 2 tubos de ferro fundido de mesmo diâmetro.

3.2.6.5.3.3) Sobre o local de intervenção, executar uma capa de proteção em concreto armado,  $f_{ck} \geq 20$  MPa e malha de aço em tela soldada referência Q 196 (diâmetro 5,0 mm, espaçamento 10x10 cm), com acabamento superficial desempenado.

#### **3.2.6.5.4) Reparo em rampa de acesso ao estacionamento.**

Neste local, na faixa de pavimento correspondente à guia rebaixada e suas adjacências, o piso se encontra desagregando ou prestes a se desagregar. Nesta área, de aproximadamente 4 metros quadrados, o piso deverá ser demolido e refeito. Em razão do intenso movimento no local, o serviço deverá ser realizado em horário especial, por etapas (meia interdição) e no mínimo prazo possível, da seguinte forma (vide item 6.5.5 do ANEXO 01):

3.2.6.5.4.1) Demolir com martetele toda a área de concreto atingida pela desagregação do piso, removendo imediatamente o entulho gerado.

3.2.6.5.4.2) Escavar o solo para proporcionar uma espessura de concreto armado mínima de 15 centímetros.

3.2.6.5.4.3) Nivelar a base e compactar o solo intensamente.

3.2.6.5.4.4) Posicionar no piso uma malha de aço em tela soldada referência Q 283 (diâmetro 6,0 mm, espaçamento 10x10 cm).

3.2.6.5.4.5) Lançar, compactar e desempenar a superfície de concreto  $f_{ck} \geq 20$  MPa.

### **3.2.7) Serviços em Telhados e Coberturas.**

Cuidados especiais deverão ser tomados ao realizar esta tarefa, observando-se sobretudo a Norma Regulamentadora NR-35 (Trabalho em Altura). Neste contexto, vide item 7 do ANEXO 01):

#### **3.2.7.1) Em coberturas de telhas cerâmicas de barro cozido.**

##### **3.2.7.1.1) Em cumieiras e espigões.**

Deverão ser retiradas as capas de telhado, constituídas de cumieiras (peças em nível) e espigões (peças inclinadas), nas linhas indicadas em foto aérea, em uma extensão de 10 metros. Em seguida, novas capas de telhado, de mesmo tipo e formato, deverão ser colocadas e assentadas com argamassa especial pré-fabricada de “emboçamento” de capas, ou argamassa produzida “in loco”, com aditivo impermeabilizante, na dosagem volumétrica de 1:1,5:6, de cimento, cal hidratada e areia média. Vide item 7.1.1 do ANEXO 01).

**3.2.7.1.2) Em telhas francesas comuns, na Sala de Áudio Visual, localizada no 1º pavimento.**

Em algumas regiões dos panos de cobertura as telhas francesas sofreram deslocamento de suas posições corretas de encaixe, em razão de trepidações externas no sistema viário adjacente. Estas telhas, em uma área de aproximadamente 6 metros quadrados, deverão ser reposicionadas no local correto de encaixe, sendo fixados pregos nas respectivas ripas para se evitar novos deslocamentos. Vide item 7.1.2 do ANEXO 01).

**3.2.7.1.3) Em telhas francesas comuns, na Sala de Informática, localizada no 2º pavimento.**

Em algumas regiões dos panos de cobertura as telhas francesas sofreram deslocamento de suas posições corretas de encaixe, em razão de trepidações externas no sistema viário adjacente. Estas telhas, em uma área de aproximadamente 6 metros quadrados, deverão ser reposicionadas no local correto de encaixe, sendo fixados pregos nas respectivas ripas para se evitar novos deslocamentos. Vide item 7.1.3 do ANEXO 01).

**3.2.7.2) Em coberturas de telhas de fibrocimento.**

**3.2.7.2.1) No Depósito da Biologia.**

O telhado e respectivos acessórios deste ambiente (calhas, rufos e condutores) deverão ser desmontados, sem reaproveitamento. Em seguida, será procedida a montagem de uma nova cobertura, constituída de telhas metálicas termoacústicas tipo “sanduíche”, e instalação de todos os elementos de acabamento lateral (calhas e rufos) e condutores verticais de águas pluviais, em chapa galvanizada nº 26. A estrutura existente deverá ser reaproveitada, com as devidas adaptações. Vide item 7.2.1 do ANEXO 01).

### **3.2.8) Serviços de instalação hidráulica e de acabamentos em parede do Observatório do CDCC, localizado na “Área 1” do Campus USP de São Carlos.**

#### **3.2.8.1) Instalações Hidráulicas.**

3.2.8.1.1) “Chumbamento” de tubos de PVC marrom (água fria) e de PVC branco (esgoto) com argamassa forte de cimento e areia grossa na dosagem em volume de 1:3. Vide item 8.1 do ANEXO 01).

3.2.8.1.2) Instalação de registros de pressão  $\frac{3}{4}$ ” e respectivos acabamentos. Vide item 8.2 do ANEXO 01).

#### **3.2.8.2) Acabamentos em Parede.**

3.2.8.2.1) Aplicação de chapisco de parede sobre o “chumbamento” previamente executado, no traço volumétrico de cimento e areia grossa 1:3, mais aditivo de pega (adesão). Vide item 8.3 do ANEXO 01).

3.2.8.1.2) Revestimento de parede com massa única (emboço paulista), traço de cimento, cal hidratada e areia fina 1:2:8, sobre o chapisco anteriormente descrito. Vide item 8.4 do ANEXO 01).

3.2.8.1.3) Pintura de fundo em toda a parede com preparador látex acrílico, duas demãos. Vide item 8.5 do ANEXO 01).

3.2.8.1.4) Pintura de acabamento em toda a parede com tinta premium látex acrílica, três demãos. Vide item 8.6 do ANEXO 01).

### **3.2.9) Limpezas e remoções (bota-fora).**

#### **3.2.9.1) Retiradas de entulhos e limpezas em geral.**

3.2.9.1.1) Em todos os serviços executados descritos no presente Memorial deverão ser realizadas as respectivas remoções do entulho gerado e promovida uma limpeza final de acabamento. Será executada periodicamente a retirada dos entulhos, evitando-se sua acumulação, deixando completamente desimpedido todos os locais de intervenções, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos. A empreiteira licitante vencedora deverá providenciar, ao seu encargo, a contratação de caçambas removedoras de entulhos (“containers”) para tal fim, ou procedimento similar, dando destino final ambientalmente adequado aos resíduos a despejar.

#### **3.2.9.2) Retiradas de entulhos e limpezas específicas.**

3.2.9.2.1) Na Sala de Contabilidade deverá ser executada uma remoção de entulhos (restos de tijolos e argamassas) resultantes de serviço realizado anteriormente sobre o forro do local. Cuidados especiais deverão ser tomados ao realizar esta tarefa, observando-se sobretudo a Norma Regulamentadora NR-35 (Trabalho em Altura). Vide item 9.1 do ANEXO 01).

DVMANOPER/PUSP-SC, em setembro de 2023.



## **Cartilha de Encargos**



## **CARTILHA DE ENCARGOS**

**OBRA: Serviços de manutenção geral civil nas dependências do CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) da USP (Universidade de São Paulo).**

**LOCAL: Rua 9 de julho, nº 1227, Centro, São Carlos - SP.**

**DATA: setembro de 2023.**

### **1) CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Fazem parte do escopo desta obra todos os serviços constantes nos seguintes documentos técnicos, fornecidos no presente certame, **e que serão parte integrante do Contrato a ser firmado entre a Contratante e a Contratada.**

- MEMORIAL DESCRITIVO, em formato A4, somente no anverso, na extensão PDF.
- CARTILHA DE ENCARGOS (o presente documento), em formato A4, somente no anverso, na extensão PDF.
- ANEXO 01 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR - MANUTENÇÕES GERAIS NO CDCC / USP, em formato A4, somente no anverso, na extensão PDF;
- PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, em formato A4, somente no anverso, nas extensões XLS e PDF;
- CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, em formato A4, somente no anverso, nas extensões XLS e PDF;

As firmas participantes da presente Licitação deverão conferir e se certificar de que todos estes elementos técnicos relacionados foram entregues pelo CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural). Na eventual falta de algum deles, a Seção Administrativa do CDCC deverá ser comunicada pela Licitante o mais breve possível, através do telefone (16) 3373-9772 (Sra. Giovanna D'Agostini Tostes dos Santos), e-mail [giovanna@cdcc.usp.br](mailto:giovanna@cdcc.usp.br), para que seja providenciado o seu fornecimento em tempo hábil.



Os serviços serão contratados em regime de **empreitada global (material e mão de obra)**, com o fornecimento pela empresa Contratada, **em função da especificidade dos trabalhos**, de:

- **Materiais e insumos em geral:** areia, pedra, cimento, tijolos, aço CA-50 e CA-60, tábuas, chapas compensadas de madeira, eletrodutos, peças hidráulicas, etc.
- **Mão de obra,** envolvendo transportes, alimentação (inclusive água potável nos horários de refeições e durante a execução dos serviços).
- **Mobilização e instalações provisórias de obra:** isolamento dos locais de intervenção, remoção de entulhos, limpezas gerais, etc.
- **Equipamentos de segurança individual e coletivo (EPI's e EPC's).**
- **Ferramentas diversas:** carrinhos de mão, colher de pedreiro, desempenadeira, martelos, linhas, metros, esquadros, nível de mão, chaves diversas, etc.
- **Máquinas diversas:** betoneira, vibrador de imersão, máquinas diversas, etc.
- **Equipamentos diversos:** motores elétricos e a diesel, etc.
- **Todos os insumos de ferramentas/maquinários/equipamentos:** lixas diversas, discos de corte (inclusive diamantados e refratários), etc.
- **Acessórios gerais:** escadas, andaimes, latas vazias, etc.

Todos os encargos, leis sociais e despesas indiretas referentes a tais fornecimentos correrão por conta da firma Contratada.

## 2) PRAZO E PAGAMENTOS

O prazo **máximo** de execução desta obra é de **90 (noventa dias corridos)**, contados a partir da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela DVMANOPER/PUSP-SC, após a assinatura do Contrato firmado entre o CDCC/USP a Licitante vencedora do respectivo certame licitatório.

Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais dos serviços executados no período, efetuados pela Fiscalização da USP, e serão creditados à firma executora 28 (vinte e oito) dias após a apresentação pela mesma da documentação referente à aludida medição. A medição final será numericamente igual ao valor total global da obra subtraindo-se a somatória das medições parciais já realizadas.

### **3) VISTORIAS, REUNIÕES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

Em caso de dúvidas e/ou eventuais incompatibilidades entre quaisquer documentos técnicos, anteriormente à abertura das propostas deverá ser consultada a DVMANOPER/PUSP-SC (Divisão de Manutenção e Operação da Prefeitura do Campus USP de São Carlos), telefones (16) 3373-9123 / 3364-8134. Poderá também ser utilizado o e-mail: [manutencao.prefeitura@sc.usp.br](mailto:manutencao.prefeitura@sc.usp.br), porém a licitante deverá previamente comunicar por telefone à DVMANOPER o envio de mensagem por correio eletrônico, para ciência do conteúdo do arquivo digital.

Será obrigatória vistoria técnica ao local da obra por parte de todas as licitantes, para ciência das condições do local. A vistoria será em horário e data a ser agendada por cada um dos Licitantes, ocasião em que o representante da empresa licitante será acompanhado por representante especialmente designado pela USP. As Licitantes receberão após esta vistoria o “TERMO DE VISTORIA”. Este Termo deverá ser parte integrante da proposta da Licitante, contida no Envelope da Proponente, conforme Edital Jurídico. A vencedora do presente certame não poderá sob hipótese alguma alegar ignorância das condições vigentes no local de implantação da obra em questão, seja para qualquer fim.

Relevante enfatizar para as firmas participantes que os casos eventualmente omissos ou que porventura gerem dúvidas deverão ser impreterivelmente levantados e esclarecidos anteriormente à abertura das propostas. Para tanto, se necessário, haverá uma Reunião de Esclarecimentos Técnicos, em horário, data e local definidos no Edital Jurídico pela Administração do CDCC, entre a DVMANOPER/PUSP-SC e as firmas licitantes. As dúvidas também poderão ser esclarecidas por e-mail com posterior publicação no Diário Oficial. Novamente, reiteramos que a empresa licitante vencedora não poderá sob hipótese alguma alegar desconhecimento neste aspecto, em qualquer circunstância.

Após esta data, os casos omissos ou duvidosos serão solucionados ou elucidados pela DVMANOPER/PUSP-SC e comunicados à licitante vencedora, que deverá acatar a decisão. Se porventura houver necessidade de esclarecimentos técnicos na fase de execução da obra, a empresa contratada deverá consultar a Fiscalização da USP, anteriormente ao início dos serviços.

#### 4) DISPOSIÇÕES GERAIS

Na área de abrangência dos trabalhos, a ser definida pela Fiscalização da USP, haverá necessidade de isolamento com tapumes ou cercas. A licitante vencedora deverá providenciar um tapume com tela de polietileno, altura de 1,20m, inclusive estrutura de madeira ou ferro, sempre em ordem, do início ao fim da obra, pois caso haja deterioração deverá ser substituída nesses pontos.

Quando da execução de serviços que envolvam interferências com a integridade física dos usuários nas dependências do CDCC, deverá ser agendado com a Fiscalização da USP o isolamento e a sinalização adequada da área, com cones, cavaletes, balizas sinalizadoras, fita plástica “zebrada” amarela e preta, etc., com custos exclusivamente por conta da licitante vencedora.

Relevante enfatizar que a licitante vencedora deverá de sua parte zelar para manter em condições absolutamente higiênicas todas as dependências cedidas provisoriamente para uso de seus funcionários, atendendo padrões da legislação específica que trata do assunto. Além disso, deverá cuidar do patrimônio USP que utilizar temporariamente, sendo responsável pelo ressarcimento ao erário público em caso de danos por mau uso, negligência ou omissão.

Será de responsabilidade da Contratada a confecção e preenchimento de um “Diário de Obras” com todas as informações e ocorrências da obra durante todo o período de execução. O modelo do “Diário de Obras” deverá ser apreciado e aprovado pela Fiscalização da USP.

Os materiais e equipamentos empregados deverão ser dispostos de modo a manter a organização do canteiro e permitir o trânsito de pessoas. As áreas de trabalho e vias de circulação deverão ser mantidas limpas e desimpedidas durante todo o andamento dos serviços. A empreiteira executante deverá comunicar a Seção Administrativa do CDCC – telefone (16) 3373-9772, com antecedência mínima de 48 horas, no caso de necessidade de sinalização especial nos estacionamentos do CDCC, ou seja, quando a execução dos serviços interferir no trânsito de pedestres e/ou veículos.

Em especial, as seguintes normas deverão ser respeitadas durante a execução dos serviços, **em função da especificidade dos trabalhos:**

- NB – 252 / 82 : Segurança na execução de obras e serviços de construção (NBR - 7678).
- NB – 598 / 77 : Contratação, execução e supervisão de demolições (NBR - 5682).
- NR – 1 : Disposições Gerais (norma governamental).
- NB – 2 : Inspeção Prévia.
- NR – 6 : Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- NR – 7 : Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- NR – 9 : Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.
- NR – 10 : Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade.
- NR – 12 : Máquinas e Equipamentos.
- NR – 18 : Obras de construção, demolição e reparos (norma governamental).
- NR – 35 : Trabalhos em altura.
- Portaria GR – USP nº 3.925 / 2.008, que dispõe sobre “normas de conduta de obras e serviços de engenharia da Universidade de São Paulo”, de 21/02/2008, publicada no D.O.E. em 23/02/2008.

A observância de toda a legislação até aqui considerada não desobriga as empresas do cumprimento de disposições legais complementares relativas à segurança e à Medicina do Trabalho, determinadas na legislação federal, estadual ou municipal.

Na execução dos trabalhos deverá haver plena proteção contra risco de acidentes com o pessoal da Contratada e com terceiros, independentemente da transferência desse risco a companhias ou institutos seguradores. Para isso, a Contratada deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional concernente à segurança e higiene do trabalho, bem como obedecer a todas as normas próprias e específicas para a segurança de cada serviço. A Contratada deverá manter no Canteiro de Obras pessoal treinado e caixa de primeiros socorros, devidamente suprida com medicamentos para pequenas ocorrências.

Em caso de ocorrência de acidente na obra, a Contratada deverá imediatamente isolar a área, prestar socorro e/ou solicitar o resgate pelo SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), comunicando também o SESMT (Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho) do Campus 1 de São Carlos da USP, telefone (16) 3373-9198.

Deverão também ser combinados com a Fiscalização da USP os locais específicos destinados à armazenagem de insumos, máquinas e ferramentas diversas. Cuidados especiais deverão ser tomados para se preservar ao máximo o patrimônio público, por ocasião do acesso ao local de descarga de máquinas e equipamentos. Neste sentido, se porventura for caracterizado mau uso, negligência ou omissão por parte da licitante vencedora, de seus terceiros ou fornecedores, caberá ressarcimento por parte da licitante vencedora para a USP, a fim de se reconstituir as condições originais do patrimônio público.

A empreiteira executante terá responsabilidade exclusiva pela guarda de máquinas, ferramentas e equipamentos em geral, não cabendo à USP nenhuma obrigatoriedade de reposição em caso de perdas, danos, furtos, etc.

## **5) NORMAS DE MÃO DE OBRA E CONDIÇÕES GERAIS DE SEGURANÇA**

**As questões que envolvem segurança no trabalho deverão ter rigorosamente respeitadas as normas aplicáveis.**

**Todos os funcionários da licitante vencedora deverão estar devidamente registrados, por ocasião da execução dos serviços. Subcontratações (“sub empreitadas”) só serão aceitas mediante apresentação formal de proposta por parte da licitante vencedora, e posterior análise e autorização da PUSP-SC, manifestada oficialmente. Mesmo estas firmas sub empreiteiras também deverão ter todos os seus trabalhadores registrados em seu quadro funcional.**

As ferramentas deverão ser apropriadas ao uso a que se destinam, devendo ser retiradas de uso as ferramentas danificadas ou improvisadas.

Caberá a empreiteira executora fornecer a todos os trabalhadores (próprios e terceiros) os E.P.I's (Equipamentos de Proteção Individual) e E.P.C's (Equipamentos de Proteção Coletiva), de usos obrigatórios nos serviços, bem como treiná-los e cobrá-los das suas utilizações corretas. Salientamos que a firma vencedora da presente licitação, bem como todas eventuais sub contratadas, deverão rigorosamente respeitar os preceitos da Norma Regulamentadora – 18 (N. R. – 18, “Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção”), que dispõe sobre orientações a serem rigidamente observadas, relativas à segurança, limpeza e higiene no trabalho (canteiro de obras).

Trabalhos realizados em período noturno ou em finais de semana, deverão ter a aprovação prévia do CDCC. Caso autorizado deverão respeitar todas as normas de segurança, higiene e meio ambiente estabelecidas, sendo que quaisquer adicionais na remuneração de funcionários e terceiros sub contratados não onerarão a Contratante.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados e especializados na área de atuação, que no caso em questão é a área de engenharia civil, observando-se também as normas de boa técnica de construção em geral, não sendo admitidas improvisações na obra. Os serviços deverão ser acompanhados por profissional(is) habilitado(s) para tal - Engenheiros(as) Civis - responsável(is) técnico(a)(s) pela empreiteira executante da obra, conforme atribuições do CREA - SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo). Sub contratações ("sub empreitadas") só serão aceitas mediante apresentação formal de proposta por parte da licitante vencedora, e posterior análise e autorização do CDCC e da DVMANOPER/PUSP-SC, manifestada oficialmente.

## **6) SERVIÇOS**

A empreiteira deverá garantir os serviços empregados na obra, atendendo as normas técnicas pertinentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Caberá também à Fiscalização da USP eventualmente impugnar o serviço que estiver em desacordo com a documentação técnica fornecida na Licitação, bem como em desacordo com as normas pertinentes ao referido assunto.

## **7) RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA**

Diariamente a empresa contratada deverá manter pelo período necessário um responsável técnico credenciado junto ao CREA-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo), com vínculo contratual e/ou empregatício junto à empresa contratada, para acompanhamento técnico dos serviços. A Contratada deverá manter em tempo integral durante a execução dos serviços pelo menos um encarregado/mestre de obras, com vínculo contratual e/ou empregatício junto à mesma, para acompanhamento conjunto dos serviços com o responsável técnico da obra anteriormente mencionado.

A empresa contratada deverá suspender imediatamente as atividades desenvolvidas no canteiro de obras quando as mesmas interferirem direta e negativamente nas atividades didáticas, acadêmicas e administrativas da USP. Neste caso, as tarefas prejudiciais ao bom andamento do CDCC deverão ser paralisadas provisoriamente quando assim determinar o Serviço Administrativo do CDCC, totalmente ao seu próprio critério. Tais trabalhos somente poderão ser retomados quando houver a liberação expressa por parte da Contratante.

A empresa contratada deverá preencher e recolher uma A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente a todos os serviços do escopo da presente Licitação, anteriormente ao início dos mesmos e em conformidade com as orientações da Inspeção Executiva de São Carlos do CREA - SP. Além desta A.R.T. que abrange toda a obra, se for aplicável à obra em questão também serão exigidas A.R.Ts específicas de outras áreas técnicas e/ou serviços.

Caso haja autorização prévia por parte da PUSP-SC para subcontratações (inclusive de Responsável Técnico), a empresa contratada deverá providenciar ao seu encargo o preenchimento e recolhimento de A.R.T.(s) de qualquer uma da eventual (ais) sub contratada(s), referente(s) ao(s) serviço(s) prestado(s) pela(s) mesma(s), sendo esta(s) A.R.T.(s) vinculada(s) à A.R.T. principal da obra.

É oportuno salientar que esta Cartilha de Encargos é parte integrante do Contrato a ser firmado entre as partes.

## **8) LIMPEZA DA OBRA**

Será feita a **remoção periódica** (no mínimo semanal) de todos os materiais a serem descartados da obra deixando-a completamente desimpedida de bota-foras e resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos. A destinação final de resíduos deverá ser feita pela licitante vencedora, devendo a mesma providenciar totalmente ao seu encargo a contratação de caçambas coletoras e removedoras de entulhos ou transportes em caminhões apropriados para tal fim, transportando os resíduos em local fora do CDCC, devidamente apropriado e autorizado por órgãos competentes do meio ambiente.

Na conclusão dos serviços, deverá ser feita a desmobilização completa do canteiro de obras, sendo devidamente removidos todos os equipamentos, ferramentas, máquinas e acessórios, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais. Após a desmobilização do canteiro, todos os locais e acessos afetados pelos trabalhos executados deverão ser reconstituídos conforme suas condições originais.

Será executada com todo critério e cuidado a limpeza final de acabamento da obra. **A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza.**

## 9) RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA

Caso os testes e verificações necessários para o aceite dos serviços apresentem valores ou condições incompatíveis com as normas respectivas ou exigências da documentação técnica que instrui o Edital de Licitação, caberá à Contratada efetuar as correções e/ou novos ensaios necessários. A Contratada deverá arcar com todos os custos de eventuais multas de mora contratual caso se apliquem no período em questão, até que as instalações possam ser aceitas pela USP.

Como condição para aceitação final da obra e liberação das faturas correspondentes, quando assim for exigido pela Fiscalização da USP, a Contratada deverá entregar:

- Relatório completo das verificações (identificação, resultados de ensaios e verificação final).
- Alterações dos Projetos Básicos originais, ao final da obra, ocasião em que a Contratada deverá fornecer o "AS BUILT" (conforme construído) de todas essas modificações, bem como apresentação de eventuais projetos complementares e suplementares, se for cabível. Este item é parte integrante das obrigações e responsabilidades da Contratada, definidas no Edital Jurídico. Estes documentos técnicos deverão ser fornecidos em uma via impressa (ou plotada) e em arquivos digitais (mídia eletrônica formato CD ou DVD).





Quanto à garantia e qualidade dos serviços executados, imperioso esclarecer que mesmo com a emissão pela PUSP-SC dos aludidos recebimentos, a empreiteira executora não ficará isenta da responsabilidade referente ao Artigo nº 618 do Código Civil, devendo ainda assegurar o disposto no Artigo nº 69 da Lei de Licitações nº 8.666 / 1.993 e alterações posteriores, no que couber.

A Contratada deverá responder perante a USP por qualquer defeito na mesma, oriundo comprovadamente de materiais de baixa qualidade ou de falhas de execução. Se a Contratada deixar de atender imediatamente as instruções para corrigir qualquer serviço considerado insatisfatório, a USP reserva-se o direito de fazer correções diretamente ou por contrato com terceiros, cobrando da Contratada o custo dos serviços através dos meios que julgar conveniente.

O Edital Jurídico possui informações complementares acerca dos recebimentos provisório e definitivo da obra licitada.

DVMANOPER/PUSP-SC, em setembro de 2023.



**Planilha de Serviços, Quantidades e Preços Estimados**



Obra: MANUTENÇÃO CIVIL GERAL NAS DEPENDÊNCIAS DO CDCC (CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL) DA USP.

Data: Setembro de 2023.

Bancos de Dados: SINAPI - 07/2023 - São Paulo, Próprio PUSP-SC, baseado em composições SINAPI.

ELS (Encargos e Leis Sociais): Não Desonerado: 0,00%

% : 125,00%

BDI (Benefício e Despesas Indiretas):

% : 25,00%

Planilha Orçamentária Sintética - Valores de Mão de Obra, Equipamentos e Materiais, com Encargos Sociais e BDI														
Nº	Estrutura	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário Discriminado (R\$)			Valor Unit. Geral (R\$)	Valor Total Discriminado (R\$)			Total Geral (R\$)	Peso em relação ao total (%)	
					M. O.	EQ.	MAT.		M. O.	EQ.	MAT.			
<b>1</b>	<b>ITEM</b>	<b>EMBUTIMENTO DE TUBOS EM PAREDES E PISOS</b>			<b>LOCAIS DIVERSOS / CDCC</b>								<b>4.645,82</b>	<b>7,76%</b>
	1.1	Embutimento de "Sealtubo" em paredes, com revestimento e pintura	m	8,00	222,47	8,35	64,91	295,73	1.779,75	66,80	519,30	2.365,85	3,95%	
	1.2	Embutimento de "Sealtubo" em pisos, com acabamento e pintura	m	4,00	259,37	9,99	108,55	377,91	1.037,48	39,95	434,20	1.511,63	2,52%	
	1.3	Instalação de caixas de passagem completa, espelho com tampa cega 4" x 4"	pç	10,00	63,53	1,79	11,51	76,83	635,34	17,88	115,13	768,34	1,28%	
<b>2</b>	<b>ITEM</b>	<b>REBOCAR PILAR DO GRADIL DA ESQUINA</b>			<b>ESQUINA / CDCC</b>								<b>219,22</b>	<b>0,37%</b>
	2.1	Chapisco traço cimento e areia grossa traço volume 1:3, com aditivo de pega (adesão)	m2	1,00	12,91	0,48	2,91	16,30	12,91	0,48	2,91	16,30	0,03%	
	2.2	Reboco "paulista", argamassa mista de cimento, cal e areia fina, traço volume 1:2:8	m2	1,00	98,13	3,88	31,35	133,35	98,13	3,88	31,35	133,35	0,22%	
	2.3	Pintura de fundo duas demãos latex acrílico premium	m2	1,00	15,58	0,80	9,90	26,28	15,58	0,80	9,90	26,28	0,04%	
	2.4	Pintura de acabamento duas demãos em latex acrílico premium	m2	1,00	31,30	1,63	10,36	43,29	31,30	1,63	10,36	43,29	0,07%	
<b>3</b>	<b>ITEM</b>	<b>ABRIGO PARA 3 BOTIJÕES DE GÁS GLP 13 KG.</b>			<b>PRÓXIMO À CASA MALUCA / CDCC</b>								<b>1.634,92</b>	<b>2,73%</b>
	3.1	Escavação manual de valas	m3	0,19	220,02	9,09	28,21	257,32	42,05	1,74	5,39	49,17	0,08%	
	3.2	Apiloamento de fundo de valas	m2	0,42	83,45	3,45	10,69	97,58	35,05	1,45	4,49	40,99	0,07%	
	3.3	Lastro de concreto	m2	0,42	36,79	1,53	19,75	58,06	15,45	0,64	8,30	24,39	0,04%	
	3.4	Alvenaria de embasamento com tijolos maciços comuns de barro cozido	m3	0,36	192,54	7,29	83,99	283,82	69,32	2,62	30,24	102,17	0,17%	
	3.5	Revestimento impermeável embasamento	m2	0,72	76,11	2,78	22,13	101,01	54,80	2,00	15,93	72,72	0,12%	
	3.6	Pintura impermeável embasamento	m2	0,72	33,69	1,24	44,16	79,09	24,26	0,89	31,80	56,95	0,10%	
	3.7	Reaterro apiloado de valas	m3	0,07	133,43	5,51	17,09	156,03	8,69	0,36	1,11	10,16	0,02%	
	3.8	Alvenaria de elevação com tijolos maciços comuns de barro cozido	m2	0,84	192,54	7,29	83,99	283,82	161,74	6,12	70,55	238,41	0,40%	
	3.9	Laje pré-fabricada de concreto armado	m2	1,04	84,38	3,01	176,80	264,19	87,75	3,13	183,87	274,76	0,46%	
	3.10	Piso cimentado desempenado	m2	1,04	53,83	1,90	37,13	92,86	55,98	1,98	38,61	96,57	0,16%	
	3.11	Chapisco traço cimento e areia grossa traço volume 1:3, com aditivo de pega (adesão)	m2	2,72	12,91	0,48	2,91	16,30	35,11	1,29	7,92	44,33	0,07%	
	3.12	Reboco "paulista", argamassa mista de cimento, cal e areia fina, traço volume 1:2:8	m2	2,72	98,13	3,88	31,35	133,35	266,91	10,54	85,27	362,72	0,61%	
	3.13	Pintura de fundo duas demãos latex acrílico premium	m2	3,76	15,58	0,80	9,90	26,28	58,59	3,01	37,22	98,82	0,17%	
	3.14	Pintura de acabamento duas demãos em latex acrílico premium	m2	3,76	31,30	1,63	10,36	43,29	117,70	6,11	38,96	162,77	0,27%	

Planilha Orçamentária Sintética - Valores de Mão de Obra, Equipamentos e Materiais, com Encargos Sociais e BDI														
Nº	Estrutura	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário Discriminado (R\$)			Valor Unit. Geral (R\$)	Valor Total Discriminado (R\$)			Total Geral (R\$)	Peso em relação ao total (%)	
					M. O.	EQ.	MAT.		M. O.	EQ.	MAT.			
<b>4</b>	<b>ITEM</b>	<b>PISO CIMENTADO AO LADO DO PORTÃO ELETRÔNICO</b>		<b>ESTACIONAMENTO / CDCC</b>									<b>449,41</b>	<b>0,75%</b>
	4.1	Remoção da vegetação existente	Vb	1,00	217,69	0,00	0,00	217,69	217,69	0,00	0,00	217,69	0,36%	
	4.2	Apiloamento de piso com pilão maço de 30 Kg.	m2	0,78	83,45	3,45	10,69	97,58	65,09	2,69	8,34	76,12	0,13%	
	4.3	Piso desempenado em concreto simples, traço volumétrico 1:2:3, cim, areia grossa, pedra1	m3	0,09	665,30	24,84	540,04	1.230,17	59,88	2,24	48,60	110,72	0,18%	
	4.4	Pintura de acabamento em piso de concreto desempenado	m2	0,78	36,56	1,86	19,13	57,55	28,52	1,45	14,92	44,89	0,07%	
<b>5</b>	<b>ITEM</b>	<b>DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		<b>ESTACIONAMENTO / CDCC</b>									<b>21.441,58</b>	<b>35,82%</b>
	5.1	Canaleta de coleta e drenagem de águas pluviais com tampa perfurada	m	10,00	577,43	12,52	385,38	975,33	5.774,32	125,18	3.853,75	9.753,26	16,29%	
	5.2	Caixa de inspeção e passagem de águas pluviais	un.	1,00	872,45	33,31	433,53	1.339,29	872,45	33,31	433,53	1.339,29	2,24%	
	5.3	Linha subterrânea de escoamento de águas pluviais, 2 Φ 150 mm PVC branco R	m	24,00	205,23	7,12	218,86	431,21	4.925,50	170,81	5.252,73	10.349,03	17,29%	
<b>6</b>	<b>ITEM</b>	<b>MELHORIAS EM PISOS E PAVIMENTOS DE VEÍCULOS</b>		<b>ESTACIONAMENTO E ESQUINA / CDCC</b>									<b>11.154,80</b>	<b>18,63%</b>
	6.1	Guia rebaixada de arremate e suporte de rampa de concreto	m	4,90	98,79	3,96	50,79	153,55	484,07	19,42	248,89	752,39	1,26%	
	6.2	Guias de jardim delimitadoras de vagas em estacionamento	m	45,00	90,66	3,64	41,01	135,31	4.079,81	163,71	1.845,32	6.088,84	10,17%	
	6.3	Reassentamento nivelado de pavimento de bloquete em estacionamento	m2	4,00	83,90	3,44	26,45	113,80	335,61	13,77	105,81	455,19	0,76%	
	6.4	Demolição e remoção de piso de madeira em área externa	m2	15,10	95,82	0,00	0,00	95,82	1.446,86	0,00	0,00	1.446,86	2,42%	
	6.5	Aterro compactado de solo para contrapiso	m3	3,78	74,14	3,59	68,83	146,55	280,24	13,56	260,16	553,96	0,93%	
	6.6	Piso em concreto desempenado estampado, espessura 10 cm (inclui contrapiso)	m3	1,51	665,30	24,84	540,04	1.230,17	1.004,60	37,50	815,46	1.857,56	3,10%	
<b>7</b>	<b>ITEM</b>	<b>MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO EXTERNO E AFINS</b>		<b>CALÇADA EXTERNA / CDCC</b>									<b>4.432,95</b>	<b>7,40%</b>
	7.1	Retirada de bloquetes, rebaixamento de solo, rebaixamento de raízes, compactação de solo, reassentamento nivelado de bloquetes e confecção de "gola" perimetral em concreto, 50 x 50 cm, em 5 pontos	m2	1,25	474,78	18,66	317,68	811,12	593,47	23,33	397,10	1.013,90	1,69%	
	7.2	Reparos no topo de guias de arenito e de concreto	m	15,00	88,16	0,88	34,69	123,73	1.322,33	13,22	520,41	1.855,95	3,10%	
	7.3	Reparos em 2 tubos de escoamento de águas pluviais em guia / sarjeta	m	0,80	202,79	6,63	505,62	715,04	162,23	5,31	404,49	572,03	0,96%	
	7.4	Reparos em rampa de calçada externa de acesso ao estacionamento interno	m2	3,00	184,53	7,06	138,77	330,36	553,59	21,17	416,32	991,07	1,66%	
<b>8</b>	<b>ITEM</b>	<b>SERVIÇOS EM TELHADOS / COBERTURAS</b>		<b>SALAS DO PRÉDIO / CDCC</b>									<b>11.824,60</b>	<b>19,75%</b>
	8.1	Retirada e reassentamento com emboçamento de capas de cumieira e espigões de telhas cerâmicas de barro cozido tipo "francesas"	m	10,00	152,26	2,09	10,19	164,53	1.522,58	20,88	101,88	1.645,33	2,75%	
	8.2	Reposicionamento e fixação de telhas cerâmicas de barro cozido tipo "francesas" na Sala de Informática e na Sala de Audiovisual	m2	12,00	22,73	0,84	58,74	82,30	272,70	10,05	704,85	987,60	1,65%	
	8.3	Desmontagem (sem reaproveitamento) de cobertura em telhas de fibrocimento e acessórios de águas pluviais em chapa galvanizada (calhas, rufos e condutores)	m2	16,80	143,54	0,00	0,00	143,54	2.411,44	0,00	0,00	2.411,44	4,03%	
	8.4	Execução de nova cobertura em telhas metálicas termoacústicas tipo "sanduiche" e respectivos acessórios de águas pluviais em chapa galvanizada (calhas, rufos e condutores)	m2	16,80	41,34	1,51	360,74	403,59	694,53	25,35	6.060,36	6.780,23	11,33%	
<b>9</b>	<b>ITEM</b>	<b>HIDRÁULICA E ACABAMENTOS EM PAREDE</b>		<b>OBSERVATÓRIO CDCC / "ÁREA 1" CAMPUS USP SÃO CARLOS</b>									<b>2.135,62</b>	<b>3,57%</b>
	9.1	"Chumbamento" de tubos de PVC marrom (água fria) e de PVC branco (esgoto)	Vb	1,00	47,67	1,97	50,35	100,00	47,67	1,97	50,35	100,00	0,17%	
	9.2	Instalação de registros de pressão 3/4" completos, incluindo acabamentos	pç	2,00	303,41	0,00	83,00	386,41	606,83	0,00	166,00	772,83	1,29%	
	9.3	Chapisco traço cimento e areia grossa traço volume 1:3, com aditivo de pega (adesão)	m2	1,00	12,91	0,48	2,91	16,30	12,91	0,48	2,91	16,30	0,03%	
	9.4	Reboco "paulista", argamassa mista de cimento, cal e areia fina, traço volume 1:2:8	m2	1,00	98,13	3,88	31,35	133,35	98,13	3,88	31,35	133,35	0,22%	
	9.5	Pintura de fundo duas demãos latex acrílico premium	m2	16,00	15,58	0,80	9,90	26,28	249,30	12,80	158,40	420,50	0,70%	
	9.6	Pintura de acabamento duas demãos em latex acrílico premium	m2	16,00	31,30	1,63	10,36	43,29	500,85	26,00	165,80	692,65	1,16%	

Planilha Orçamentária Sintética - Valores de Mão de Obra, Equipamentos e Materiais, com Encargos Sociais e BDI														
Nº	Estrutura	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário Discriminado (R\$)			Valor Unit. Geral (R\$)	Valor Total Discriminado (R\$)			Total Geral (R\$)	Peso em relação ao total (%)	
					M. O.	EQ.	MAT.		M. O.	EQ.	MAT.			
10	ITEM	REMOÇÃO DE ENTULHO EM FORRO		SALA DE CONTABILIDADE / CDCC									435,38	0,73%
	10.1	Remoção de entulho do forro da Sala de Contabilidade e bota fora	Vb	1,00	435,38	0,00	0,00	435,38	435,38	0,00	0,00	435,38	0,73%	
11	ITEM	REMOÇÃO DE ENTULHO EM GERAL (CAÇAMBAS "CONTAINERS")		CDCC + "ÁREA 1" CAMPUS USP SÃO CARLOS									1.492,27	2,49%
	11.1	Remoção de entulho de todos os serviços, exceto o descrito no item 10.1	m3	15,00	36,98	62,50	0,00	99,48	554,77	937,50	0,00	1.492,27	2,49%	
<b>TOTAL GERAL GLOBAL (MÃO DE OBRA + EQUIPAMENTOS + MATERIAIS), COM ENCARGOS SOCIAIS E BDI :</b>											<b>R\$ 59.866,56</b>	<b>100,00%</b>		



## **Cronograma Físico**



Obra: **MANUTENÇÃO CIVIL GERAL NAS DEPENDÊNCIAS DO CDCC (CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL) DA USP.**

Data: **Setembro de 2023.**

Cronograma Físico - Financeiro																					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS 1						MÊS 2						MÊS 3						TOTAL	
		5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	90 dias corridos	
1	EMBUTIMENTO DE TUBOS EM PAREDES E PISOS	R\$ 4.645,82																			R\$ 4.645,82
2	REBOCAR PILAR DO GRADIL DA ESQUINA					R\$ 219,22															R\$ 219,22
3	ABRIGO PARA 3 BOTIJÕES DE GÁS GLP 13 KG.					R\$ 817,46	R\$ 817,46														R\$ 1.634,92
4	PISO CIMENTADO AO LADO DO PORTÃO ELETRÔNICO					R\$ 224,70	R\$ 224,70														R\$ 449,41
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS							R\$ 14.294,39						R\$ 7.147,19							R\$ 21.441,58
6	MELHORIAS EM PISOS E PAVIMENTOS DE VEÍCULOS					R\$ 1.859,13		R\$ 9.295,66													R\$ 11.154,80
7	MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO EXTERNO E AFINS							R\$ 2.462,75						R\$ 1.970,20							R\$ 4.432,95
8	SERVIÇOS EM TELHADOS / COBERTURAS									R\$ 3.378,46				R\$ 8.446,14							R\$ 11.824,60
9	HIDRÁULICA E ACABAMENTOS EM PAREDE			R\$ 2.135,62																	R\$ 2.135,62
10	REMOÇÃO DE ENTULHO EM FORRO	R\$ 435,38																			R\$ 435,38
11	REMOÇÃO DE ENTULHO EM GERAL (CAÇAMBAS "CONTAINERS")					R\$ 497,42					R\$ 497,42							R\$ 497,42			R\$ 1.492,27
<b>DESEMBOLSO MENSAL :</b>		<b>R\$ 10.834,76</b>						<b>R\$ 30.970,85</b>						<b>R\$ 18.060,96</b>						<b>R\$ 59.866,56</b>	
		<b>18,10%</b>						<b>51,73%</b>						<b>30,17%</b>						<b>100,00%</b>	



**Projetos – Relatório geral Fotográfico ( ANEXO 01 PUSC SC)**





**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE SÃO CARLOS

Divisão de Manutenção e Operação

# **ANEXO 01**

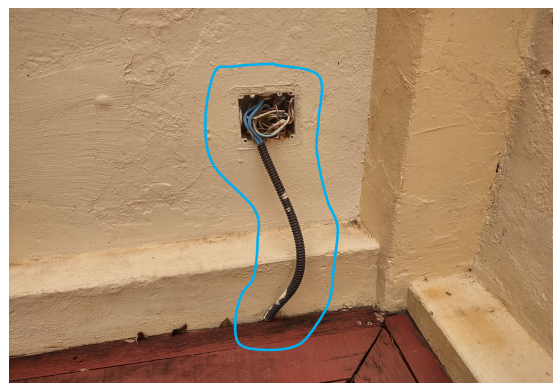
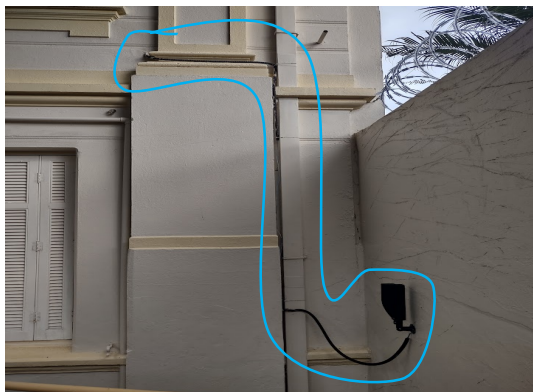
**RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

**MANUTENÇÕES GERAIS NO CDCC / USP**

**Setembro / 2023**

## 1) EMBUTIMENTO DE DUTOS

### 1.1) Embutimento de "Sealtubo" em parede.



### 1.2) Embutimento de "Sealtubo" em piso.



## 2) REVESTIMENTOS

2.1) Revestimento de pilar com argamassas de chapisco e emboço.



## 3) CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO PARA GÁS GLP

3.1) Construção de um abrigo para 3 botijões de gás de 13 Kg e elevação de piso cimentado na área adjacente que se encontra rebaixada em relação ao piso contíguo, com desvio e embutimento de tubo de PVC 4" (10 mm) de águas pluviais.



## 4) CONSTRUÇÃO DE PISO EM ÁREA DE MANUTENÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO

4.1) Retirada de vegetação, compactação do solo e execução de piso cimentado desempenado para melhor acesso à manutenção dos controles de portão eletrônico.

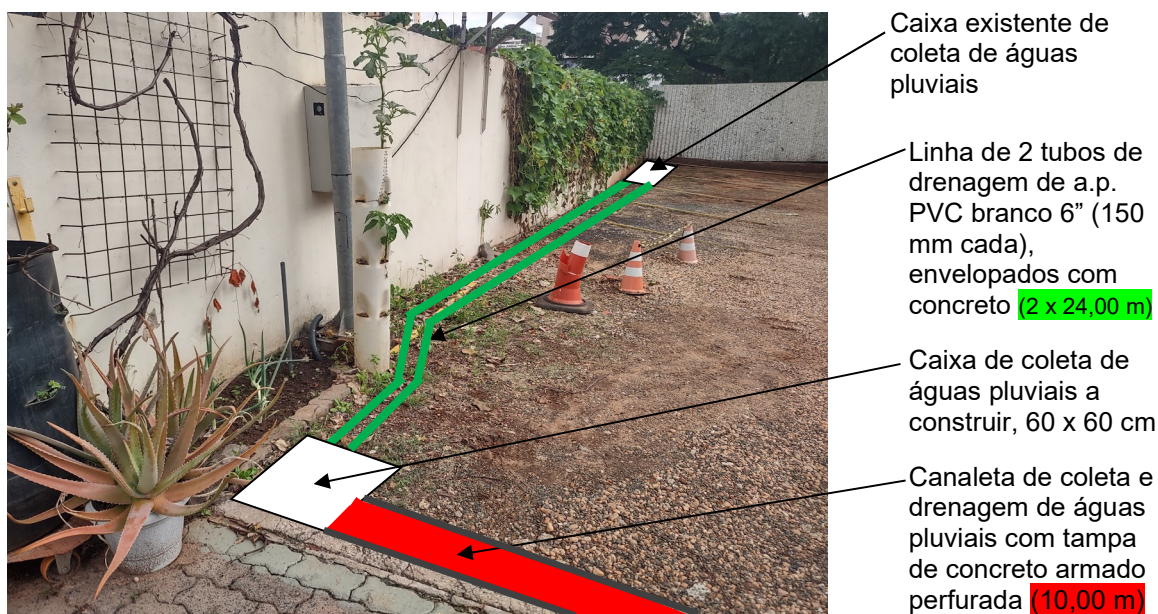


## 5) DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

5.1) Execução de canaleta de coleta e drenagem de águas pluviais, com tampa em laje perfurada de concreto armado resistente ao trânsito de veículos.



5.2) Implantação de duas linhas de tubos de drenagem em PVC branco 6” (150 mm) envelopados com concreto e construção de uma caixa de inspeção, coleta e passagem de águas pluviais.



e “encabeçamentos” reforçados de concreto armado (10,00 m)

## 6) SERVIÇOS DE MELHORIAS EM PISOS E PAVIMENTOS

6.1) Execução de guia rebaixada de arremate e suporte de extremidade de piso de concreto.



6.2) Instalação de guias de jardim embutidas em piso de cascalho e brita para delimitação de vagas de estacionamento.



Substituir ripas de madeira por guias de jardim embutidas pintadas posteriormente de amarelo

6.3) Reassentamento nivelado de área de piso de bloquete intertravado com afundamento.

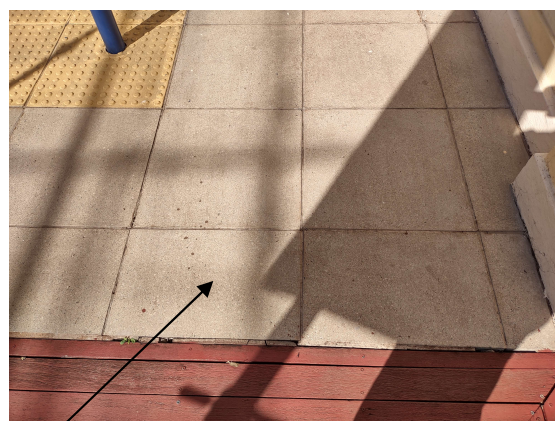


Área de depressão (afundamento) com empoçamento de águas pluviais (4 m<sup>2</sup>).

6.4) Demolição e remoção de piso de madeira e concretagem de laje de contrapiso com acabamento em piso de cimento desempenado estampado conforme piso adjacente.

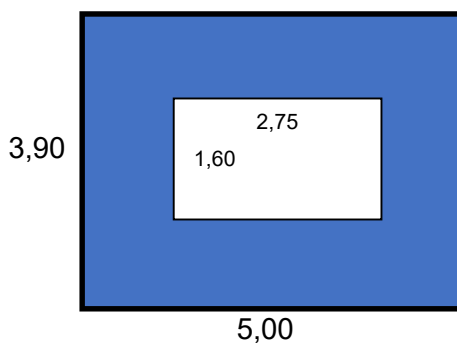


Piso de madeira a ser demolido



Piso cimentado desempenado estampado com juntas de dilatação nas dimensões de 60 x 60 cm, com juntas plásticas de dilatação.

A área de madeira a ser demolida e reconstituída com piso cimentado estampado com juntas de dilatação plásticas é hachurada em azul, com medidas em metros.



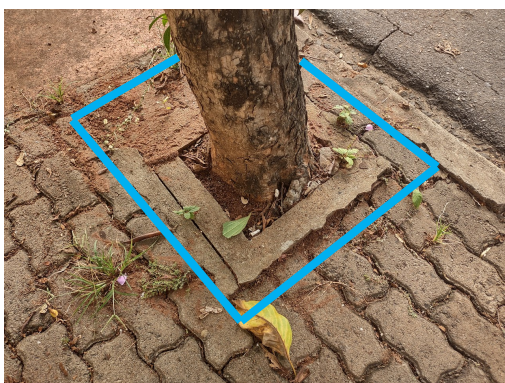
$$A = 3,90 \times 5,00 - 1,60 \times 2,75 = 19,50 - 4,40 = \boxed{15,10 \text{ m}^2}$$

6.5) Reparos em áreas e pontos diversos de calçadas e guias externas localizadas nas Ruas 9 de Julho e 13 de Maio.

6.5.1) Retirada de bloquetes, rebaixamento de solo e reassentamento nivelado



6.5.2) Nivelamento de gola de árvore alargando a área de irrigação (permeável)



6.5.3) Recobrimento de guias de pedra arenito com argamassa forte e aditivo de aderência, nas partes soltas







**OBSERVAÇÃO: AS PARTES CONTÍGUAS AOS REPAROS DE RECOBRIMENTO ONDE A ARGAMASSA ESTÁ PRESTES A SE DESTACAR E SOLTAR DEVERÃO SER ESCARIFICADAS PARA FAZEREM PARTE DO NOVO RECOBRIMENTO.**

- 6.5.4) Reconstituição e reforço de saída de condutores de águas pluviais em guia na Rua 9 de Julho, com tubos de aço e recobrimento em concreto armado.



- 6.5.5) Reconstituição e reforço de rampa de acesso de veículos na calçada externa da Rua 9 de Julho, com concreto armado.



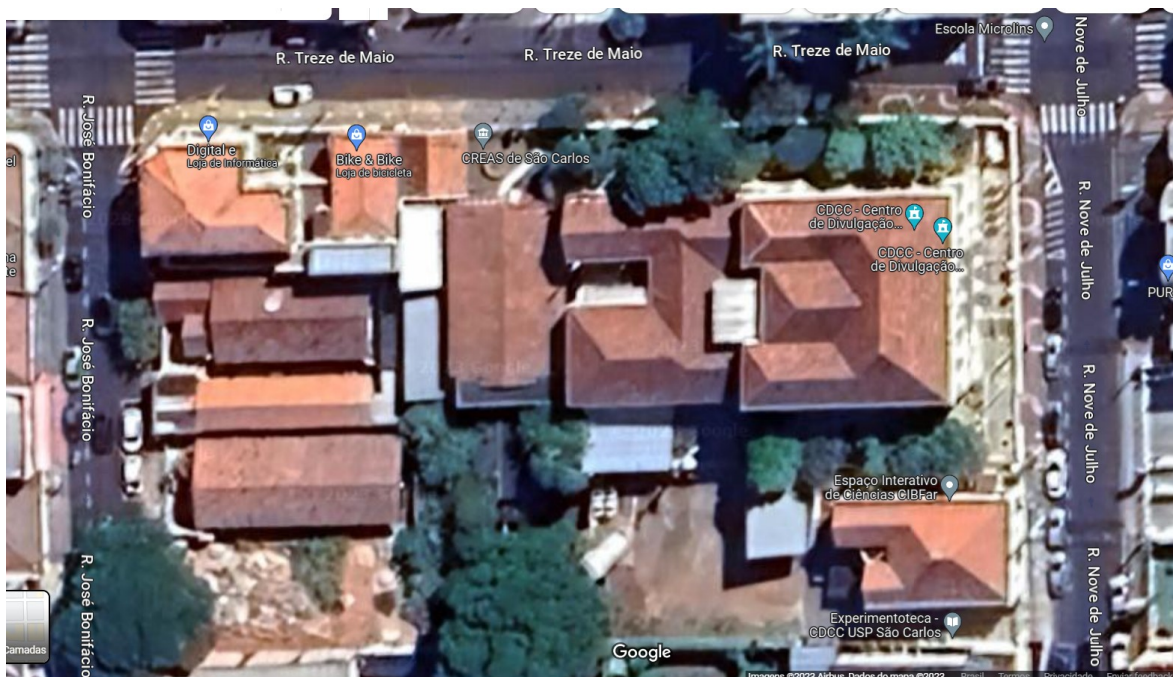
## 7) SERVIÇOS EM TELHADOS E COBERTURAS

### 7.1) Em telhados constituídos de telhas cerâmicas de barro cozido

7.1.1) Substituição de cumieiras cerâmicas para telhas de barro cozido tipo “francesas”;

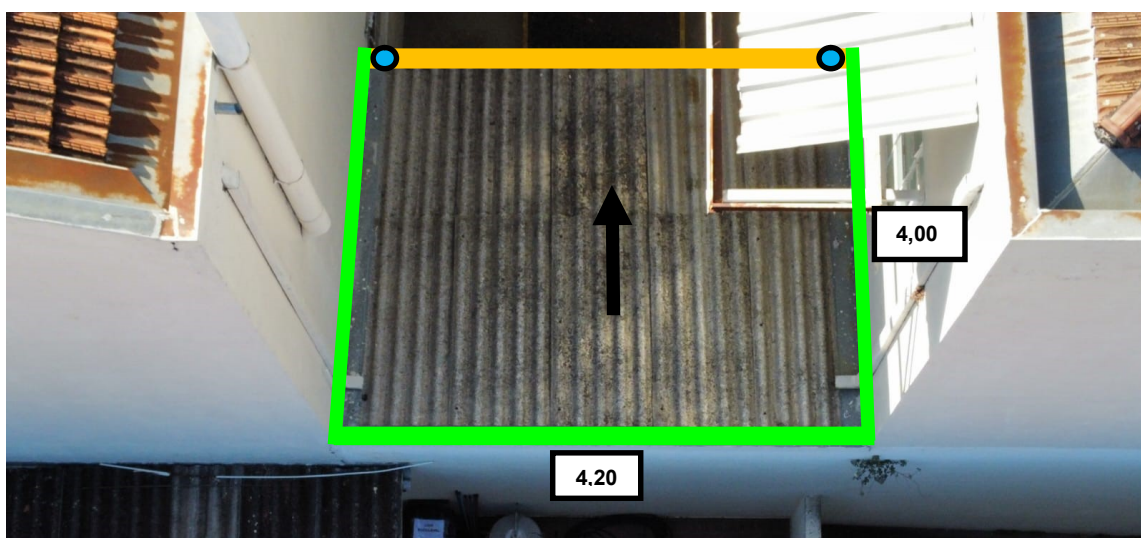
7.1.2) Revisão e reinstalação de telhas cerâmicas de barro cozido tipo “francesas” deslocadas, em uma área de aproximadamente 6 m<sup>2</sup>, na Sala de Áudio Visual, 1º pavimento.

7.1.3) Revisão e reinstalação de telhas cerâmicas de barro cozido tipo “francesas” deslocadas, em uma área de aproximadamente 6 m<sup>2</sup>, na Sala de Informática, 2º pavimento.



## 7.2) Em telhados constituídos de telhas de fibrocimento

7.2.1) Substituição de cobertura em telhas de fibrocimento e acessórios de águas pluviais (sem reaproveitamento) por telhas metálicas termoacústicas tipo “sanduíche”, com novos rufos, calhas e condutores em chapa galvanizada nº 26, no Depósito da Biologia.



### LEGENDA:

- Calhas 
- Rufos 
- Condutores 

## 8) INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E ACABAMENTO DE PAREDE

Em uma das paredes das dependências do Observatório do CDCC, localizado na “Área 1” do Campus USP de São Carlos, deverão ser executados os seguintes serviços:

- 8.1) Chumbamento de tubos de PVC marrom em parede com argamassa forte de cimento e areia grossa traço 1:3
- 8.2) Instalação de registros de pressão de  $\frac{3}{4}$ ”
- 8.3) Chapisco de parede sobre o chumbamento, com argamassa de cimento e areia grossa dosagem 1:3, mais aditivo de pega (adesão).
- 8.4) Revestimento de parede com massa única (emboço paulista), traço de cimento, cal hidratada e areia fina 1:2:8, sobre o chapisco anteriormente descrito.
- 8.5) Pintura de fundo em toda a parede com preparador látex acrílico, duas demãos.
- 8.6) Pintura de acabamento em toda a parede com tinta premium látex acrílica, três demãos.



## 9) SERVIÇO DE LIMPEZA

### 9.1) Remoção de entulhos em forro da Sala de Contabilidade.



DVMANOPER/PUSP-SC, em setembro de 2023



### **ANEXO III**

#### **MODELOS DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA LICITAÇÃO**

- A – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- B – Carta Credencial
- C – Declaração de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007
- D – Comprovante de Realização de Vistoria
- E – Folha Proposta
- F – Planilha de Serviços, Quantidades e Preços
- G – Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho
- H – Declaração de Atendimento às Normas Relativas à Saúde e Segurança no Trabalho



**MODELO A – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

*(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)*

A empresa \_\_\_\_\_, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Convite nº 03/2023, do Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo – CDCC/USP, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

Em ... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa





## **MODELO B – CARTA CREDENCIAL**

*(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)*

À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Centro de Divulgação Científica e Cultural  
Referência: Licitação:  
Convite nº 03/2023 – CDCC/USP

Prezados Senhores

Pelo presente, designo o Sr....., portador do R.G. nº ..... para representar esta empresa, estando ele credenciado a responder junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição e renúncia de recursos, relativamente à documentação de habilitação e à proposta de preços por nós apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Em ... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa  
(com firma reconhecida)



**MODELO C – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA,  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU  
COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART.  
34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

*(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)*

**DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

\_\_\_\_\_ (nome da licitante),  
com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo),  
inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do  
disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e  
sob as penas da lei, que esta pessoa jurídica, na presente data, enquadra-se como:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), conforme §1º, do artigo 18-A, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

( ) COOPERATIVA que preenche as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável



**MODELO D – COMPROVANTE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

*(documento a ser apresentado no envelope nº 2 – Documentos de Habilitação)*

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – CDCC/USP atesta que a empresa \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (qualificação: cargo/função, doc. de identificação) \_\_\_\_\_, procedeu à vistoria para participação na licitação \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

**(assinatura do responsável pela Administração)**



**MODELO E – FOLHA PROPOSTA**

*(documento a ser apresentado no envelope nº 1 – Proposta de Preços)*

**CONVITE Nº .03/2023 – CDCC/USP**  
**PROCESSO Nº 2023.1.142.78.0**

**OBJETO:**

<b>Razão Social do Proponente:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço Completo:</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Fone:</b>	<b>Fone 2:</b>
<b>EMAIL:</b>	<b>EMAIL2:</b>	
<b>Nome completo do representante legal:</b>	<b>Cargo ou Função:</b>	
<b>CPF nº</b>	<b>RG nº</b>	
<b>DATA:</b>	<b>ASSINATURA:</b>	

<p><b><u>PREÇO:</u></b> Propomos executar o objeto da licitação em referência, pelo preço global de: R\$ (.....). .....).</p>
<p><b>Prazo de execução:</b> O objeto será executado em ..... (.....) dias corridos, conforme cronograma físico, contados a partir da ordem de início dos serviços.</p>
<p><b>Cronograma Físico de Execução do Objeto:</b> O objeto será executado conforme Cronograma Físico elaborado pela Administração, que integra o instrumento convocatório.</p>
<p><b>Cronograma Físico Financeiro:</b> caso vencamos a licitação, para assinatura do contrato, apresentaremos o Cronograma Físico-Financeiro composto pelo mesmo Cronograma Físico descrito acima, ao qual se aplicarão os Preços Unitários propostos nesta licitação, nos termos do item 13.4. desta Carta-Convite.</p>



**MODELO F – PLANILHA DE SERVIÇOS E QUANTIDADES  
A SER PREENCHIDA PELA LICITANTE**

*(documento a ser apresentado no envelope nº 1 – Proposta de Preços)*

A planilha abaixo deve ser preenchida conforme o estabelecido pela Administração apenas nas quatro primeiras colunas (item/subitem, denominação, unidade e quantidade).

Especialmente a coluna de Qtde deve ser verificada pela licitante por meio de detalhado exame da documentação oferecida pela Administração, mais vistorias e diligências que livremente deverá realizar.

Divergências sobre as quantidades devem ser informadas à Administração.

As duas colunas restantes (preço unitário e valor total) deverão ser calculadas e preenchidas pela licitante.

**CONVITE Nº 03/2023 - CDCC/USP**  
**PROCESSO Nº ...../.....**

ITEM/ SUBITEM	DENOMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)
(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)
(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)
(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)
<b>Valor Global Proposto</b>					(2)

(1) Valores indicados pela Administração e verificados pela licitante. Divergências devem ser informadas à Administração.

(2) Valores ofertados pela licitante

<b>Razão Social do Proponente:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço Completo:</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Fone:</b>	<b>Fone2:</b>
<b>EMAIL:</b>	<b>EMAIL2:</b>	
<b>Nome completo do representante legal:</b>		<b>Cargo ou Função:</b>
<b>CPF nº</b>		<b>RG nº</b>
<b>DATA:</b>	<b>ASSINATURA:</b>	

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-



**MODELO G – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

*(documento a ser apresentado no envelope nº 2 - Documentos de Habilitação)*

À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CDCC/USP

Referência: Licitação:  
Convite nº 03/2023 – CDCC/USP

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social), interessada em participar do -Convite nº 03/2023, do Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo – CDCC/USP, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, inciso V da Lei nº 8.666/93, a (razão social) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Em ... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa



**MODELO H – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E  
SEGURANÇA NO TRABALHO**

*(documento a ser apresentado no envelope nº 2 – Documentos de Habilitação)*

A empresa \_\_\_\_\_, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Convite nº 03/2023, do Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo – CDCC/USP, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

Em ... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa